

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | ARQUITETURA E URBANISMO

Universidade Federal de Santa Catarina

Semestre 23.1

VILA DO ARVOREDO

UMA COMUNIDADE ECO SOCIALMENTE FRAGILIZADA

Sérgio Ricardo Corrêa Júnior | 16203086

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maíra Longhinotti Felippe

FLORIANÓPOLIS | AGOSTO - 2023



SUMÁRIO

03

AGRADECIMENTOS

04

INTRODUÇÃO

05

OBJETIVO

ESTRUTURA E METODOLOGIA

06

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DUNAS DOS INGLESES

07

ESTUDO DE CASOS SEMELHANTES

07 COMUNIDADE DA TRINDADE

08 NOVA PONTE

09 RIO IRIRI

10 e 11

TEORIA PSICO AMBIENTAL

12

A VIDA NA VILA

12 A OCUPAÇÃO E AS DUNAS

13 À 16 ENTREVISTAS

17

DIRETRIZES PSICOSSOCIAIS

18

ANÁLISE

18 REALOCAÇÃO

19 EQUIPAMENTOS URBANOS

20

PROPOSTA MASTER PLAN

20 MORADA DO ARVOREDO

21 DIRETRIZES URBANAS

22 EXEMPLO

23

PROPOSTA PASSARELA

23 CONEXÃO

24 MÓDULOS

25 IMAGENS

26

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

27 à 30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

AGRADECIMENTOS

LINO PERES

DENILSO BASTOS

SAMUEL SANTOS

Agradeço imensamente todos aqueles que nunca desistiram de mim, todos aqueles que me ensinaram, apoiaram e motivaram.

ADRIANA ROSSETTO

MAÍRA FELIPPE

ANA NUNES

SÉRGIO CORRÊA

JÔNATAS FREITAS

NALLAN FRANCISCA

AMO VOCÊS

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e expansão humana se vêem majoritariamente em intersecção à disponibilidade e distribuição de recursos naturais importantes. Tal fato pode ser constatado ao analisarmos a distribuição da população ao longo dos mais significativos rios e costas ao redor do mundo, seja por seus inerentes recursos naturais ou pelo transporte facilitado por esses corpos d'água.

A cidade de Florianópolis não é exceção, a ilha era comumente utilizada para reposição de seus recursos como água e víveres ao caminho da Baía da Prata até sua devida ocupação por volta de 1675 (IBGE, 2014). Em seu recorte municipal, a ilha apresenta **três maiores focos de densificação populacional**: sedes insular e continental; região norte abrangendo desde o bairro Daniela ao bairro Ingleses do Rio Vermelho e na região Sul de Carianos ao Campeche (IDOM-COBRAPE, 2023).

Dentre as regiões acima mencionadas se encontra o principal recorte do presente trabalho: a **Vila do Arvoredo**¹, comunidade ocupante do extremo norte das Dunas dos Ingleses, área tombada como **patrimônio cultural e ambiental** pelo decreto nº 112, de 31 de maio de 1985.

Este último fato se torna importante uma vez que é o principal empecilho para o bem-estar e estabilidade da comunidade e será o enfoque para a pesquisa e desenvolvimento de uma proposta de **conciliação de aspectos legais, sociais e ambientais**.

¹ Conhecida como Vila do Siri e Favela do Siri conforme explicitado pelos entrevistados no presente trabalho;

FLORIANÓPOLIS | SANTA CATARINA



OBJETIVO

Tornam-se, ao longo dos levantamentos teórico e prático do presente trabalho, evidentes diversas demandas sócio ambientais no recorte de estudo, como as pressões econômicas advindas da especulação imobiliária muito significativa no bairro dos Ingleses do Rio Vermelho, pressões políticas com os interesses governamentais da preservação do território e atendimento às demandas da vizinhança da Vila. Dito isso, através dos dispostos pela legislação vigente, teorias e práticas nas faculdades de arquitetura e urbanismo e utilizando-se de conceitos da psicologia ambiental e de mobilização e participação de comunidades marginalizadas; procurar-se-á desenvolver uma proposta urbanística que atenda as demandas e necessidades tanto da comunidade da Vila do Arvoredo como também aquelas demandas ambientais do recorte, cada vez mais imprescindíveis no contexto mundial atual (ROGGEMA, 2016).

ESTRUTURA E METODOLOGIA

Devido à complexidade das diversas demandas no recorte, o presente trabalho se vê demandado da seguinte estruturação, contextualizados com seu respectivo propósito:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA

Através das informações disponíveis pelo poder público e pesquisadores do município, demonstrando sua relação com a estrutura que se segue, com suas peculiaridades, demandas e similaridades com demais casos estudados;

ESTUDOS DE CASO

Abordando os diversos casos apontados por estudos e notícias onde comunidades marginalizadas se viam obrigadas a ocupar áreas ambientalmente fragilizadas, causando riscos à própria ocupação desde as esferas da saúde do indivíduo, à segurança jurídica e da vida dos ocupantes. Considerando a possibilidade de resolução dessas deficiências através da integração e empoderamento na comunidade e entre órgãos privados e governamentais, assessorias jurídicas, estudos técnicos, participação nas propostas projetuais, viabilização das oportunidades sócio-econômicas, investimento na educação e conscientização da população e a constituição de um sistema de monitoramento e avaliação das resoluções adotadas.

LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS QUESTÕES PSICOAMBIENTAIS

Através da bibliografia disponível pelos pesquisadores mais citados sobre o tema, possibilitando a identificação dos aspectos mais significativos nas relações indivíduo e espaço, além da importância da formação de identidade e da mobilização e união da comunidade. Adicionalmente, existe uma bagagem teórica de estudos quanto a necessidade do equilíbrio entre demandas de desenvolvimento sociais e de preservações ambientais e culturais cada vez mais significativas num contexto de fragilização da fauna e flora mundiais devido à exploração desenfreada dos recursos naturais e negligência dos órgãos representativos e elites econômicas;

A VIDA DOS HABITANTES DA COMUNIDADE

Explorando seus aspectos geográficos, ecológicos, populacionais e históricos.

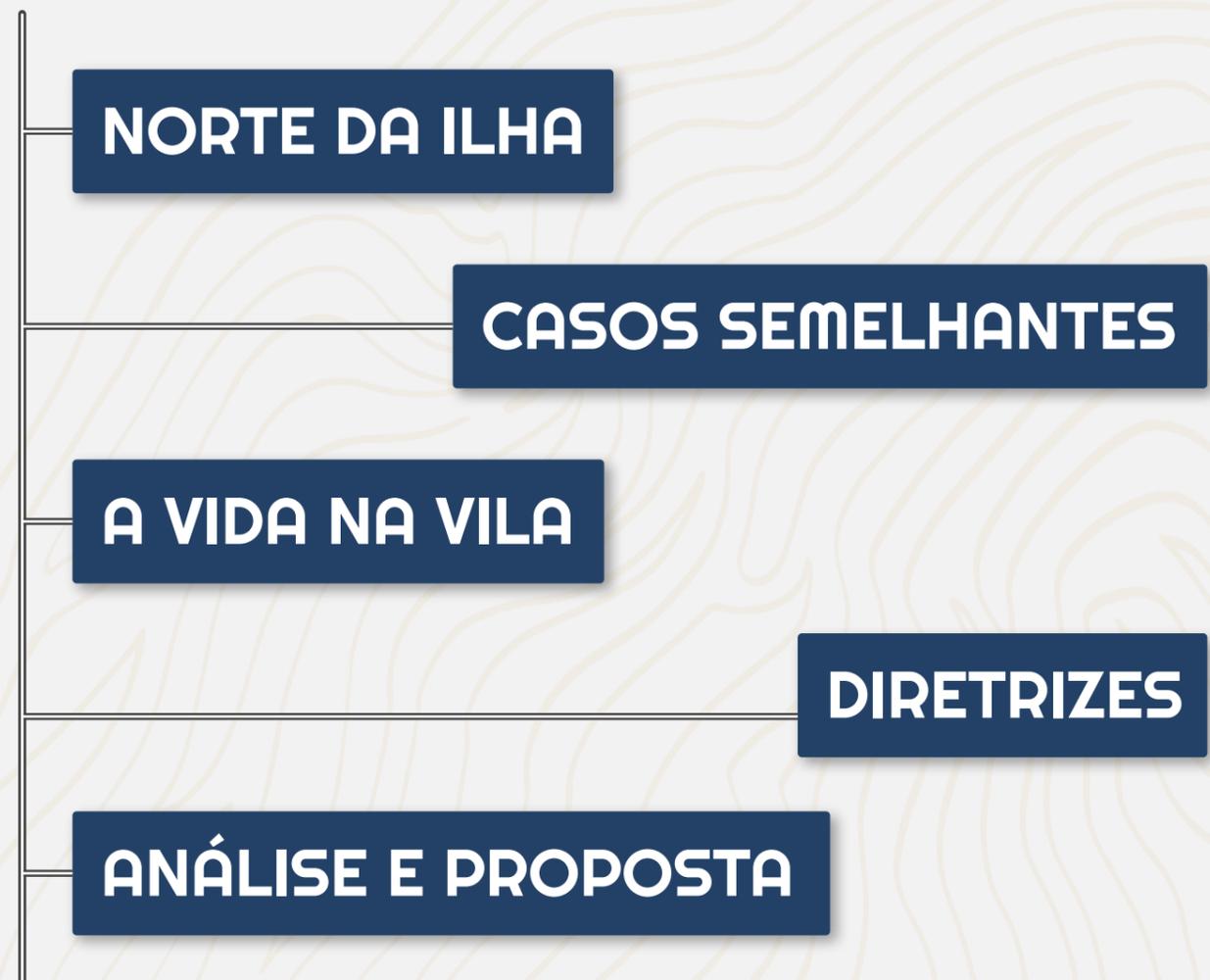
Utilizando-se de levantamentos bibliográficos, noticiários, imagens de satélite, informativos do poder público e principalmente de relatos de moradores e membros ativos da comunidade da Vila do Arvoredo;

MAPA CONCEITUAL DIRETRIZES

Para realizar o desenvolvimento da proposta, considerando os conhecimentos teóricos, práticas de sucesso ou não e as necessidades específicas do recorte. Considerando o objetivo de destacar a importância da valorização dos recursos ambientais e culturais, em conjunto com a valorização da vida, do bem-estar e dos direitos de cada indivíduo, assim como de sua comunidade;

ANÁLISE E PROPOSTA URBANAS

Por fim, a elaboração de uma proposta urbanística e paisagística que concilie todas as diretrizes levantadas, a ser apresentada a nível de estudo propositivo, com os elementos e estratégias a serem implementados para a integração da comunidade, valorização das diversas demandas e como forma de explorar e aprender quanto áreas com demandas com tamanha peculiaridade técnica, social e ambiental.



CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DUNAS DOS INGLESES

Com mais de 7 quilômetros de extensão, encontra-se uma das três principais dunas de Florianópolis, a Duna dos Ingleses. Este ecossistema é responsável por diversas e complexas relações entre as praias Moçambique e Ingleses. Através desse grande corpo sedimentar, a Praia do Moçambique, maior praia do município, abastece a Praia dos Ingleses com seus vastos bancos de areia, além de possibilitar uma troca importante de materiais orgânicos, lençóis freáticos e de sedimentos. Esses processos são essenciais para a manutenção do ecossistema e da faixa de areia da Praia dos Ingleses (PINTO, 2015).

Sendo assim, as Dunas dos Ingleses se constituem de um ambiente dinâmico com diferentes ciclos conforme as estações, precipitações e marés (SILVA, 2006). Dito dinamismo pode ser constatado **através das ilustrações abaixo**, que demonstram sua evolução de 1938 até o presente ano de 2023. Havendo, assim, constante discrepância na distribuição da vegetação, áreas inundáveis e movimentação de suas cristas, as quais servem também para compreensão da quantia de sedimentos sendo transportados, apontando que se trata de uma duna ainda não madura e estável, possuindo significativa movimentação.

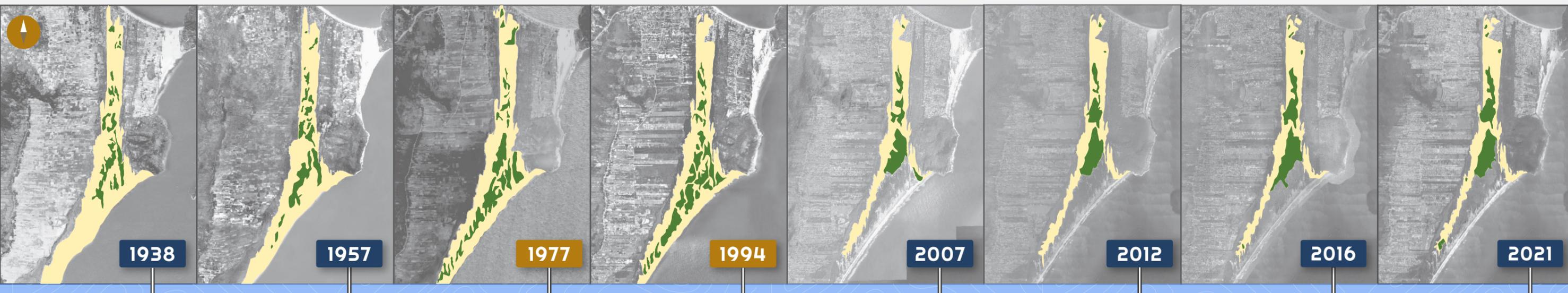
Ressaltados tais fatos, evidencia-se também nas **ilustrações** a expansão urbana inicialmente lindeira e atualmente sobreposta às dunas. Com o aumento da infraestrutura e investimentos no Norte da Ilha de Florianópolis na década de 1970 ocupações, outrora caracterizadas como chácaras e habitações de pescadores tradicionais, passaram a atender demandas turísticas e especulativas do mercado imobiliário (SUGAI, 1994), contribuindo à desenfreada e desorganizada ocupação do território. A primeira ocupação evidente das dunas se dá na década de 1970 numa típica configuração de “espinha de peixe”, tendo como sua coluna central a Rua do Siri (SMHSA, 2010), como é possível constatar na **ortofoto** fornecida pelo Geoportal da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Na **imagem** seguinte, agora de 1994, a ocupação já se dá de forma muito mais expressiva, com o início do que será nosso tema de estudo, uma ocupação de indivíduos à busca de integração no mercado de trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2005), ocupando um ambiente adverso e delicado.



VILA DO ARVOREDO



Ilustrações do autor sobre mapa Google Earth e Geoprocessamento Prefeitura Municipal de Florianópolis



ESTUDOS DE CASOS SEMELHANTES

COMUNIDADE DA TRINDADE

Cenários onde indivíduos marginalizados se vêem obrigados a ocupar ambientes adversos, como o presente caso estudado, é algo corriqueiro em períodos de grandes migrações para centros urbanos. Tais indivíduos são caracterizados por Roberto Lobato Corrêa (1989) como grupos sociais excluídos, grupos esses que ao serem **impossibilitados de participar politicamente dos debates das esferas materiais e simbólicas**, são obrigados a desenvolver seus espaços nos mencionados ambientes hostis e, ao mesmo tempo, fragilizado como áreas de preservação e em risco, sejam privados ou públicos (DIAS, 2019).

Podem ser mencionados diversos casos semelhantes ao nosso objeto de estudo, porém serão ressaltados **três casos** com aspectos similares como identidade e apego ao lugar; participação, pertencimento, mobilização social e auto-organização; e por fim embates entre os diversos agentes formadores da urbe como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os tais grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989).

Pode-se mencionar, como primeiro cenário, um dos casos estudados por um grupo de pesquisadores da UNICAMP e divulgado na Ecology and Society traduzido livremente como “Reação a áreas protegidas na Trindade”. O estudo trata de alguns casos e, entre eles, o mais similar é o da **Comunidade da Trindade formada** por caiçaras, a qual, assim como na Vila do Arvoredo, sofreu significativas mudanças durante a década de 1970 com novas e importantes pressões do setor imobiliário e turístico na cidade de Paraty, no Rio de Janeiro acompanhadas de volumosos investimentos na infraestrutura local. Concomitante a isso, o Estado desenvolveu políticas de preservação, que afetavam diretamente a Comunidade da Trindade, sendo a mais significativa o **Parque Nacional da Serra da Bocaina** criado no ano de 2000.



Caiçaras da Comunidade da Trindade. Foto: Lucas Belchior



Após a criação desse tão importante Parque, houve diversos embates entre a gestão do mesmo com a comunidade que ali habitava, devido a significativos conflitos de interesses. Com a expansão do turismo e com o cerceamento da possibilidade de usufruir dos recursos naturais locais, a comunidade, que contava com cerca de mil habitantes, tomou uma série de medidas que viriam a garantir sua estabilidade. Em suma, a comunidade da Trindade estabeleceu **relações** com diversas entidades locais e comunidades tradicionais e indígenas, o que contribuiu para a organização interna e de demandas da comunidade, trazendo maior visibilidade e empoderamento para negociações frente ao poder público. Além desse importante fato, a união com grupos de cientistas possibilitou diversos **treinamentos** quanto à segurança, turismo, legislação e gestão de áreas protegidas (MORAES, 2023).

Fica nítida, portanto, a importância de **empoderar** comunidades para que, através da união interna e com organizações e indivíduos externos à comunidade, ela se veja capaz de se **organizar, negociar e resistir** perante os mais diversos agentes causadores das pressões sobre a comunidade. Porém, o empoderamento se torna apenas o primeiro passo de uma longa jornada para constatarem que foram devidamente ouvidos e que participaram do desenvolvimento de seu espaço, afinal o espaço é uma projeção dos constantes embates de poder que ali atuam (SOUZA, 1995).

ESTUDOS DE CASOS SEMELHANTES

NOVA PONTE

No segundo caso, porém, surge a ocorrência de total “abandono” de seu território. Aqui é possível evidenciar uma mobilização menor da comunidade afetada do que a da Comunidade da Trindade. Considerada como uma das diversas “Cidades Afogadas” (TREVISAN, 2020), a cidade de Nova Ponte em Minas Gerais foi submersa em meados de 1993 e 1994 pelo lago do rio Araguari, lago este que veio a existir devido à barragem para a construção da usina hidrelétrica de Nova Ponte, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Ao analisarmos o contexto em que se deu esse movimento da máquina governamental para a instalação dessa barragem, é possível constatar a falta de interesse comum de contrapor as demandas da CEMIG (SILVA, 2008). Essa falta de mobilização ocorreu devido a diversos fatores, alguns deles dentro da esfera psico-ambiental, como iremos abordar mais a frente.

Havia, já em 1970, no município de Nova Ponte, uma grande concentração de terras iniciada pela fazenda Caxuana graças à modernização da agricultura proporcionada à época. Como mencionado pelo geógrafo Vicente de Paulo da Silva, essa grande concentração de terras proporcionou um novo formato de trabalho para a região conhecida como “bóia-fria”, ou seja, trabalhadores das zonas rurais que executam seus trabalhos sem quaisquer vínculos empregatícios num latifúndio pertencente a seu empregador. Além de Caxuana, diversas outras empresas da região demandavam a mão de obra disponível em Nova Ponte, predominantemente empresas do setor agrícola. No texto de Vicente “A Cidade Submersa De Nova Ponte” (2008), é destacada essa discrepância entre o trabalhador rural novapontense com o trabalhador rural de Machadinho no Alto Uruguai — cidade esta que também sofreria as consequências das construção de uma usina hidrelétrica — que podemos identificar como pequenos agricultores, os quais ainda possuíam sua terra para trabalho.



Antiga Igreja de São Miguel. Foto: Mariza Queiroz

Nova Igreja de São Miguel. Autoria desconhecida



Além disso, houve o que podemos ousar e tratar como uma “excepcionalidade”, onde uma grande entidade como a CEMIG foi pragmática e criteriosa em sua empreitada de projetar e construir a nova Nova Ponte, realocar e indenizar sua população e possibilitando sua participação naquilo que se tornaria seu novo lar. Isso proporcionou uma economia significativa de recursos e tempo para a própria entidade como também para o Estado, uma vez que, contentes, os novapontenses aceitavam pacificamente as propostas levantadas. Contudo, houve, sim, pontos de conflitos que ocorreram principalmente durante as obras da nova cidade.

Um dos maiores pontos de conflito foi quanto aquilo que, segundo Ricardo Trevisan em “Cidades Novas” (2009), mais participava do cotidiano da população: A Igreja de São Miguel, a matriz do município. Essa edificação foi construída em 1951 com grande participação da comunidade novapontense, participantes esses que chegaram a receber a alcunha de “padrinhos de pedra”. A demanda então de construir uma réplica da Igreja Matriz na nova cidade demandou a elaboração e aprovação de um projeto participativo que agradou a população. Entretanto, houve significativas modificações durante sua obra, alterando até mesmo a orientação da mesma referente aos pontos cardeais. Além disso, havia, em frente a igreja original, uma praça que constituía o cotidiano da população, a qual também não foi implantada na nova cidade, causando assim um significativo desgosto da população para com a nova edificação.

Desse segundo caso conclui-se que, ainda que não tão mobilizada como no primeiro caso, a população se sentiu empoderada e participante do processo pelas iniciativas das entidades atuantes. Contudo, o lugar deve ser pensado para além do espaço resultante, deve-se considerar também a produção de seu significado (GOTTDIENER, 1985). Para assim possibilitar a transformação de tal espaço em um lugar que, consoante Yi-Fu Tuan, é “resultado da afetividade das pessoas pelas coisas e, inclusive, pela maneira como estão dispostas” (SILVA, 2008, p. 51). Políticas de preservação, que afetavam diretamente a Comunidade da Trindade, sendo a mais significativa o Parque Nacional da Serra da Bocaina criado no ano de 2000.

ESTUDOS DE CASOS SEMELHANTES

RIO IRIRI

Por último, um caso que **contrapõe** ambos os anteriores, demonstrando que mesmo que mobilizada, mesmo com assistência de entidades e de terceiros, o pior sempre pode acontecer, e toda uma população pode ter sua vida completamente abalada por interesses dos agentes formadores do espaço. Nesse sentido, o ocorrido com os **ribeirinhos do Rio Iriri**, no Pará, é icônico e demonstra que o interesse das elites políticas e econômicas pode ser implacável (MOTOKI, 2015).

Foi nesta região do Pará onde houve a tomada de **medidas radicais** pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) para fazer frente à intensa **grilagem**, à exploração comercial da madeira e à pecuária em áreas de preservação, como a criação da **Estação Ecológica Terra do Meio**, que faz parte do Mosaico de Unidades de Conservação. Essa medida tornou os beirões, as terras habitadas pelos **ribeirinhos às beiras do Rio Iriri**, em uma área de preservação de proibição explícita de qualquer tipo de exploração humana, o que, aos olhos de muitos dos fiscais que ali atuavam, incluía a **comunidade tradicional ribeirinha**. Contudo, isso apenas se dá pela falta de conhecimento e preparo dos fiscais do IBAMA e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) para identificar e classificar essas comunidades tradicionais, acarretando em ações tão violentas que implicou o cientista social Maurício Torres (CARTA CAMPINAS, 2015) a tratá-los como ICMBope, em referência ao BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Fica evidente a ilegalidade que foi cometida contra essa comunidade consoante o primeiro item do artigo terceiro do Decreto no 6.040, de 2007:

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2007)

Ainda mais agravantes são os fatos de que a comunidade se via constantemente afetada de acordo com as **mudanças da gestão** do IBAMA responsável pela região, onde uma das gestoras, entendendo que eram armas brancas, confiscou facas, enxadas, terçados e demais instrumentos de trabalho. Em contrapartida, outra gestora, Tathiana Chaves de Souza, teve maior **sensibilidade** e recuou em diversas das agressivas medidas tomadas anteriormente, o que não aplacou a “fúria” das demais entidades como o Corpo de Bombeiros Militar e o ICMBio (MOTOKI, 2015). O segundo fato se trata da discrepância entre a agressividade com essa comunidade, cuja “atividades econômicas desenvolvidas [...] **não alteram significativamente** a cobertura florestal” (ESCADA, et al, 2005, p. 14), com a permissividade na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Conforme a estimativa do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a usina alagaria 510 mil quilômetros quadrados e causaria o desmatamento de 5 mil km.



Ribeirinhos que habitavam as margens do Rio Iriri. Foto: Daniela Alarcon

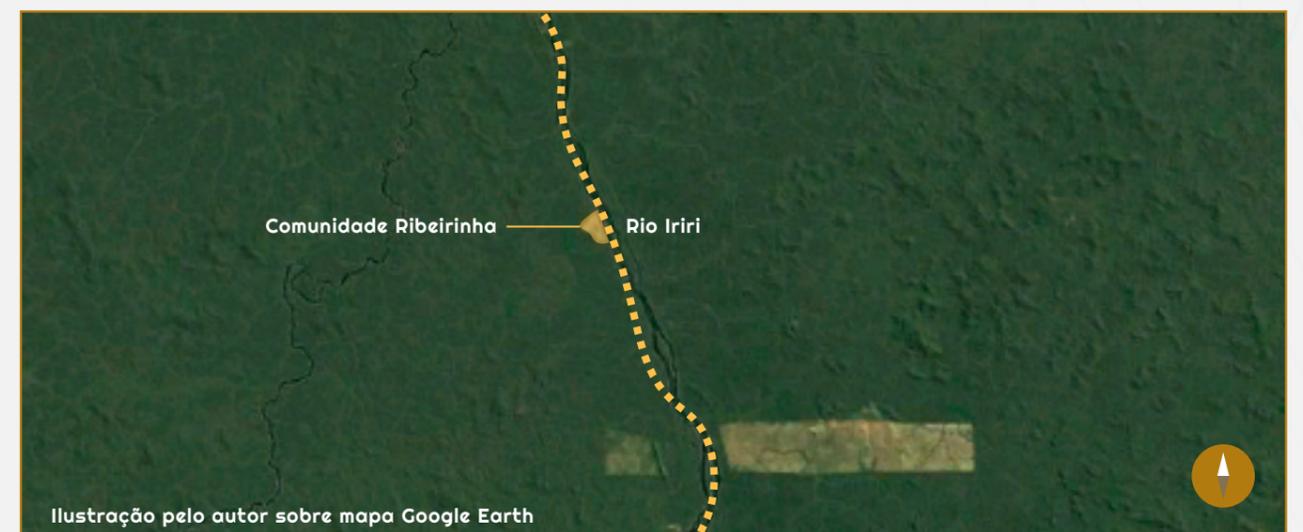


Ilustração pelo autor sobre mapa Google Earth

Ao longo desses cenários, fica evidente as diversas dinâmicas que ocorrem no **embate da construção do espaço**, além dos fatores a serem prezados para aplacar as adversidades que essas comunidades habitantes de ambientes adversos enfrentam. Entre propiciar **empoderamento, conscientização, união e organização**, a necessidade de visibilidade e assistência dos agentes externos e a garantia de direitos perante os interesses implacáveis das elites políticas econômicas, entende-se a longa jornada a ser considerada para que o caso da Vila do Arvoredo possa ser devidamente abordado e para que, eventualmente, possa ser dado o reinício de uma **solução viável e sensível** a todos os fatores evidentes no presente capítulo.

TEORIA PSICO AMBIENTAL

Durante o capítulo anterior, tratou-se de temáticas fundamentais da **Psicologia Ambiental** como o afeto e apego ao espaço, a identidade dos habitantes no habitado e a territorialidade exercida. Contudo, subjetivamente pode-se identificar outras diversas esferas da Psicologia Ambiental que foram e são determinantes para não só a construção do **espaço**, mas também na construção do próprio **indivíduo**, num processo de influência mútua (ITTELSON, 2015).

Neste capítulo, abordar-se-á tal temática pela compreensão de que aspectos como apropriação, apego ao lugar, identidade de lugar, o papel do espaço na psique do indivíduo e suas consequências para um pensamento pró-ambiental são de suma importância em empreitadas em que habitantes se vêem na condição de “**migração**” de seus lares. Este é o caso das mais diversas ocupações e, como explicitado aqui, da Vila do Arvoredo. Ainda que uma esfera relativamente nova de análise arquitetônica datando da segunda metade do século XX, a psicologia do ambiente utiliza dos aspectos mencionados aqui para compreender “os efeitos dos ambientes físicos contínuos em vários aspectos do comportamento” (ITTELSON, 2015, p. 1). O que seria, então, a definição desses itens aqui mencionados?

Iniciando-se pela **apropriação**, podemos classificá-la consoante Sylvania Cavalcante e Terezinha Elias, para quem apropriação se dá “quando [os ambientes são] moldados e adaptados às necessidades de seus habitantes [...]”. Ou seja, ao **participar** ativamente na alteração do espaço a fim de expressar suas necessidades e peculiaridades, o indivíduo se apropria, não havendo a necessidade de efetiva posse daquele (CAVALCANTE e ELIAS, 2011). Ao considerarmos o aqui objeto de estudo; entende-se portanto que, na comunidade da Vila do Arvoredo, deverá ser elaborada uma proposta que possibilite diretamente aos habitantes **moldar seu entorno** para que, ao refletir sua identidade, cotidiano, necessidades e conceitos de idealidade (FELIPPE, 2009), os habitantes possam devidamente agir para prezar sua **territorialidade**.

Entende-se, também, **territorialidade** como um conceito similar a apropriação, porém distinto, caracterizando-se como um aspecto de **controle** do território pelo(s) seu(s) habitante(s) (SACK, 1989). Essa expressão é mais evidenciada quando expressada por um coletivo (CARVAJAL-CAPACHO, 2018), uma vez que ao controlar um espaço, o grupo se apropria, assegura e influencia seus recursos, pessoas e o próprio espaço físico (SACK, 1989).



Ilustração de apropriação por Jônatas Freitas

Em seguida, pode-se abordar o tema de **apego ao lugar** que, consoante Elali e Medeiros (2011), possui três diferentes dimensões: funcional, simbólica e relacional, sendo, respectivamente e abreviadamente:

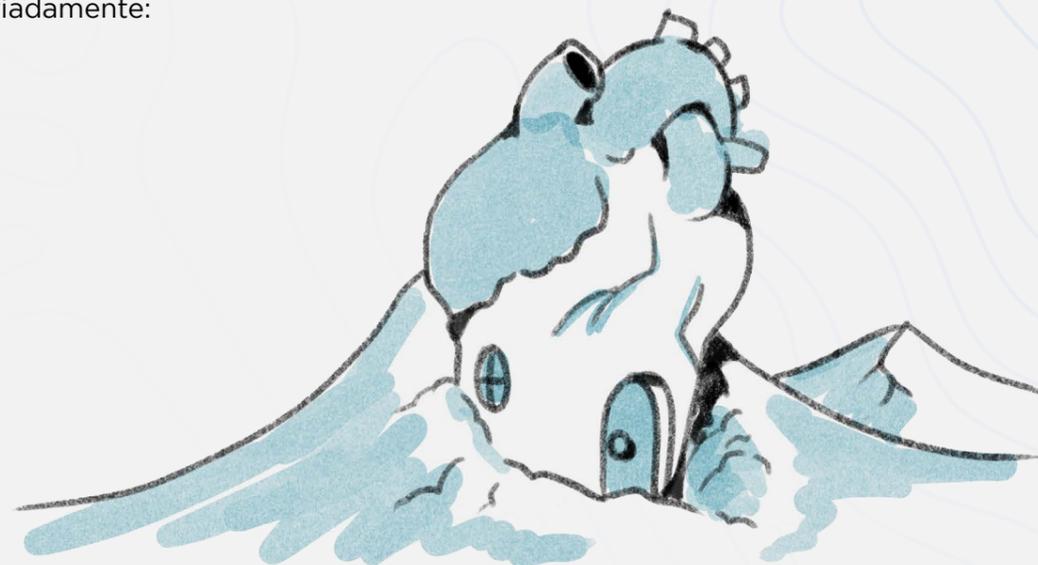


Ilustração de apego ao lugar por Jônatas Freitas

Funcional: apego derivado da satisfação das necessidades funcionais do indivíduo por seu espaço. Ou seja, a forma como o lugar atende as expectativas de seu ocupante, atendendo suas demandas biológicas, físicas e identitárias.

Simbólica: caracteriza-se como o sentido atribuído ao lugar pelo sujeito que ele ocupa. Assim como na formação do indivíduo por seu espaço, a relação do ambiente com a pessoa acarreta na criação de memórias e experiências que influenciam na atribuição de significados naquele espaço.

Relacional: considerado pelas autoras como a correlação entre as dinâmicas intra-sociais com as relações ambientais, possibilitando o surgimento do sentimento de comunidade no “momento que a pessoa se percebe como pertencente a um grupo e a um lugar específico” (ELALI e MEDEIROS, 2011, p. 56), criando uma esfera simbólica comum entre aqueles que compartilham do espaço entre si.

O aspecto de **Identidade de Lugar** fora abordado subjetiva e explicitamente, ainda que de forma breve, nos anteriores aqui mencionados. Porém para melhor contextualização pode-se utilizar o conceito das autoras Ada Mourão e Sylvania Cavalcante (2011) de mesmo livro das autoras do item anterior onde Identidade de Lugar é a identidade do indivíduo advinda da interação do mesmo com seu entorno físico e social. Contudo, constitui-se de uma noção complexa que abrange as mais **diversas esferas da vida do indivíduo** como suas características biológicas, psicológicas, sociais, culturais e sua auto-imagem e representação perante si e os demais (MOURÃO e CAVALCANTE, 2011).

TEORIA PSICO AMBIENTAL

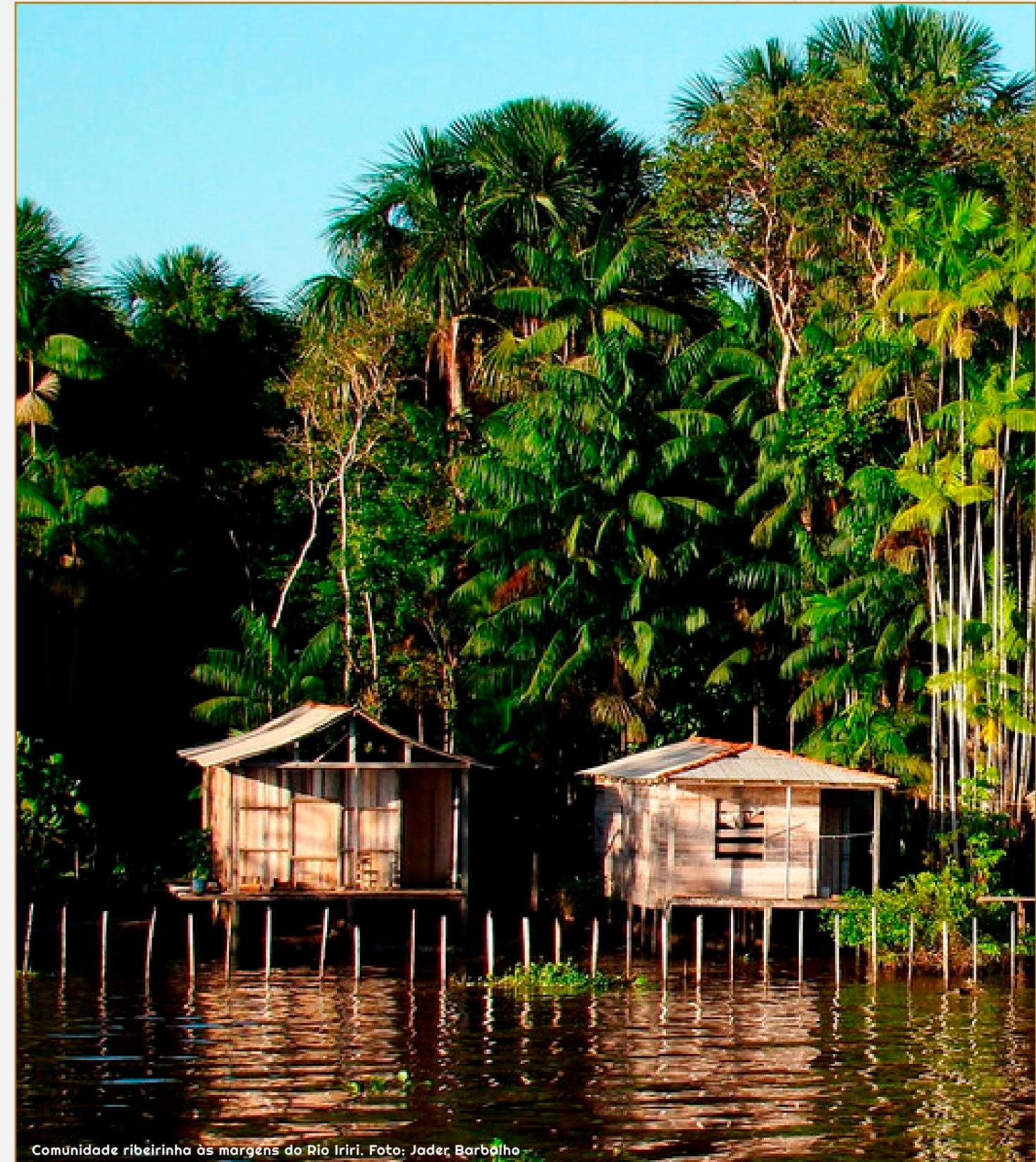
A identidade do indivíduo, no aspecto primordial, evidencia sua formação e alteridade de ser, distinguindo-se de seus tutores e comunidade. Cria-se assim sua consciência distinta, enquanto isso a identidade de lugar se trataria de uma de suas subestruturas, a forma com que o ambiente também se torna um agente influenciador para a identidade de tal indivíduo (FABIAN e KAMINOFF, 1983). Tal aspecto, contudo, não se dá de forma estável, uma vez que, ao longo de sua vida, o indivíduo **influencia e é influenciado** por diferentes ambientes e agentes físicos, os quais podem exigir sua reapropriação e reidentificação para com o espaço, incluindo-se até mesmo o esforço de tornar o espaço novamente em um “lugar”. Como mencionado anteriormente, “lugar” se diferencia pelo significado, afeto, pertencimento, conexão, segurança e apropriação do espaço, sendo o último um corpo físico a ser explorado (TUAN, 1983).



Ilustração de identidade de lugar por Jônatas Freitas

Evidencia-se, portanto, a importância de abordar a psicologia ambiental num processo projetual, pois, como constatado no livro “Ambientes Restauradores: conceitos e pesquisas em contexto de saúde” por Felipe e Silveira (2019), o ambiente influencia diretamente a **saúde** de seus ocupantes, uma vez que o ambiente físico estimula naqueles aspectos positivos restauradores como também, quando não devidamente adaptado, influências negativas ou até mesmo traumáticas. Num momento de “migração”, por exemplo, a perda de contato com seu lugar bem como a quebra significativa de seu cotidiano pode acarretar em estados psicofisiológicos indesejáveis como “estresse, fadiga, depressão, dor, insatisfação [...], qualidade do sono” (SILVEIRA e FELIPPE, 2019, p. 25).

Como mencionado, a possibilidade de territorialidade implica em **controle**, influência e proteção do espaço por seus habitantes. Isso implica, entre outros aspectos, em tomar medidas ativas e passivas para alcançar a proteção e preservação de seu espaço de forma efetiva (VERDUGO, ROMERO, LOMELÍ, 2004). Através disso, seus habitantes **protegem** não somente o espaço ocupado, mas também por ser da terra apropriada que se adquire os instrumentos necessários para seu sustento e uma vida digna, protegê-lo se torna uma questão de sobrevivência. Tal fato se evidencia nas diversas comunidades tradicionais espalhadas pelo território brasileiro, tal qual a comunidade ribeirinha do rio Iriri citada anteriormente e fotografada ao lado.



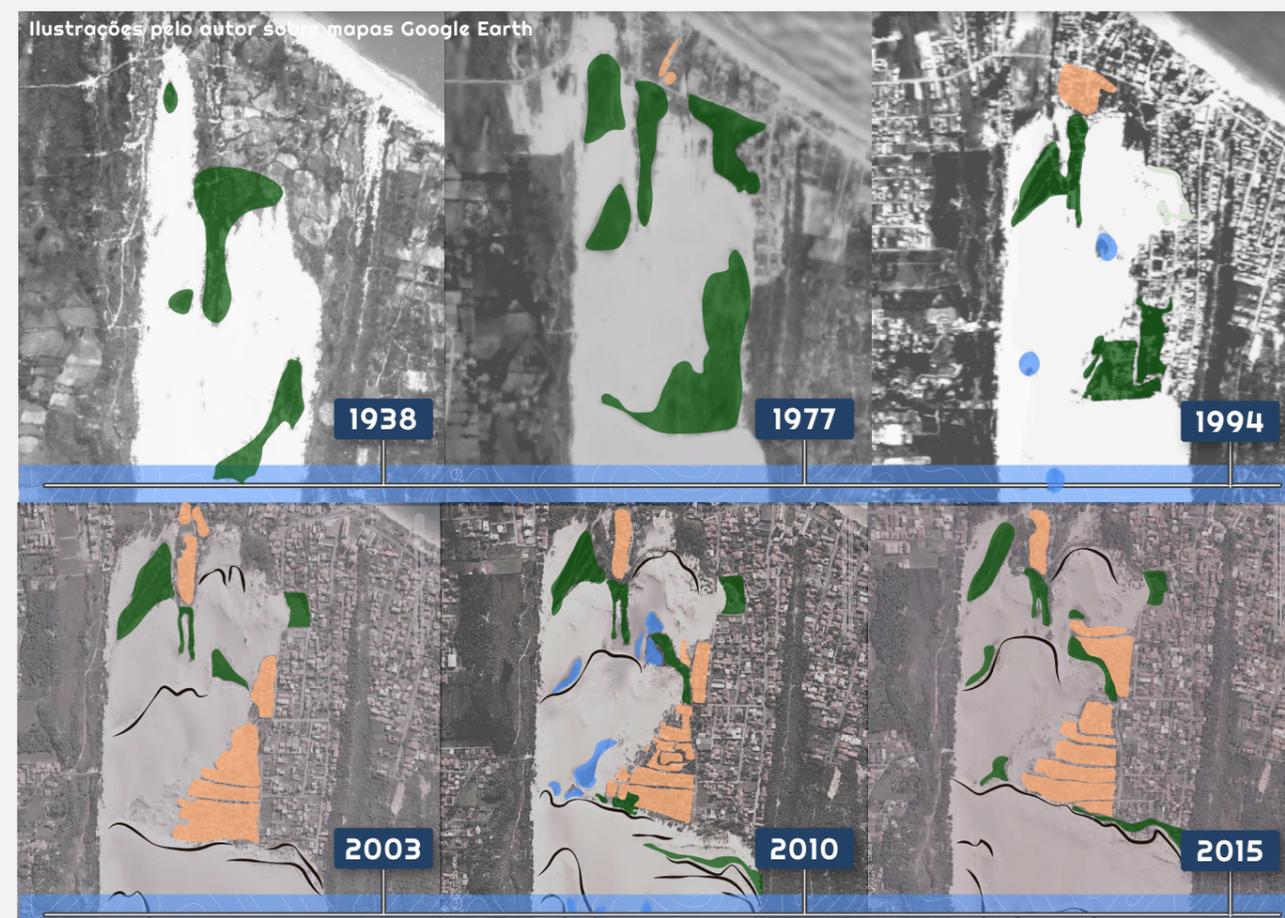
Comunidade ribeirinha às margens do Rio Iriri. Foto: Jader Barbalho

A VIDA NA VILA

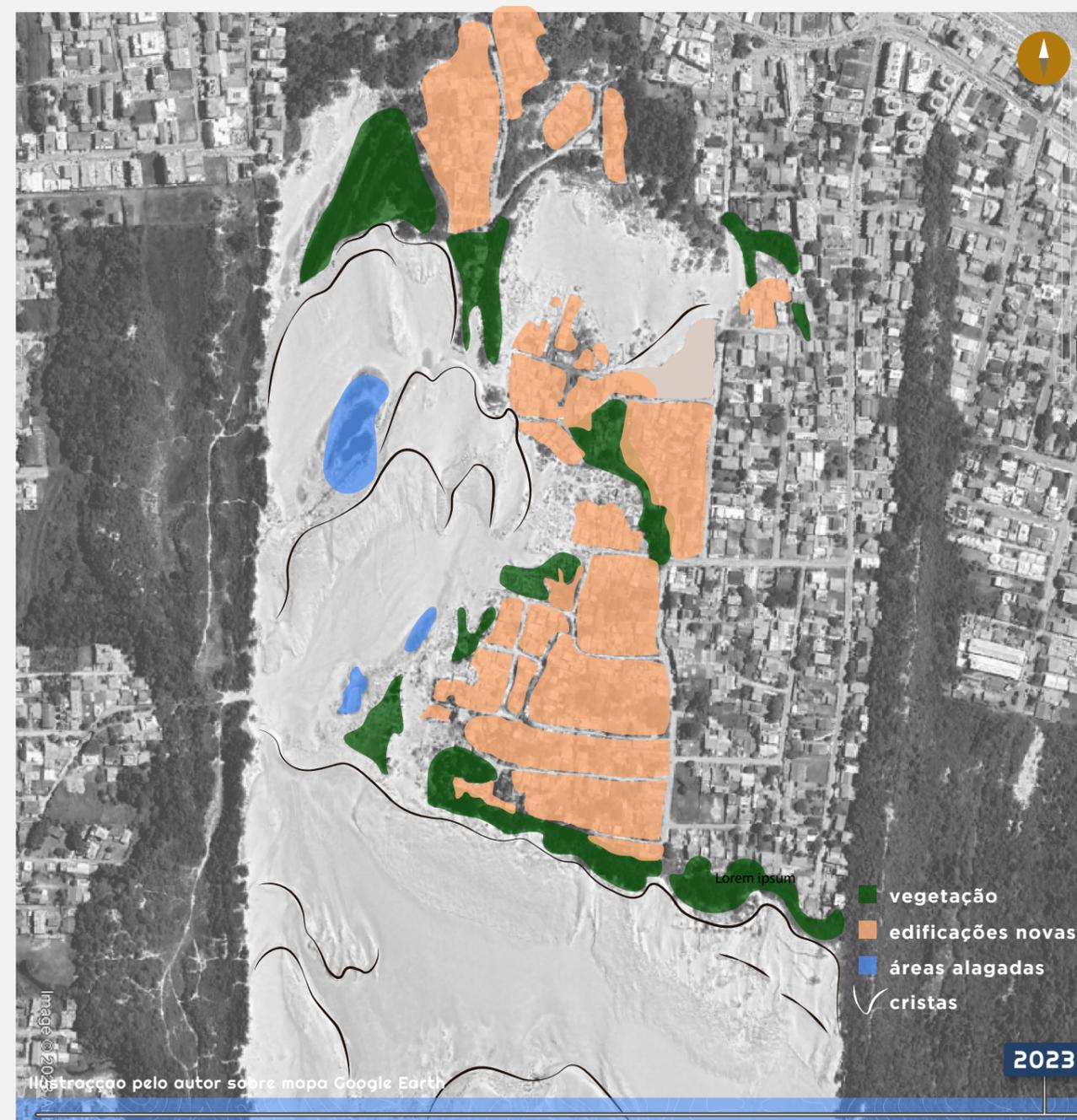
A OCUPAÇÃO E AS DUNAS

Após a presente pesquisa, pode-se retornar ao objeto de estudo deste trabalho. Através da bagagem adquirida e explicitada, poder-se-á melhor compreender as problemáticas que abarcam o cenário delicado da comunidade e espaço da Vila do Arvoredo. Durante o presente capítulo pode-se compreender a forma e motivo em que veio existir a ocupação, seus inúmeros embates políticos, sociais, econômicos e ecológicos bem como a séria situação de risco em que se encontravam e se encontram seus membros. Esse contexto será abordado pelo levantamento bibliográfico, jornalístico e através de entrevistas as quais, devido à situação de instabilidade perante o tráfico na comunidade, foi optado por não identificar os entrevistados.

Anteriormente, fora mencionada a expansão na década de 1970 para o Norte da Ilha de Florianópolis, a área onde viria ser a Favela do Siri seria alvo de vasta grilagem (LIVRAMENTO, 2019), onde imigrantes das mais diversas regiões do Brasil — porém predominantemente do Oeste do estado de Santa Catarina — compravam terras advindas de grileiros do mercado imobiliário nas regiões de APP (Área de Preservação Permanente)² (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2011). Conforme entrevistas e o artigo "Cozinhando com política" do Movimento Passe Livre (2011), em 1980 ocorreu a chegada de aproximadamente 30 famílias, marcando o início da consolidação da comunidade. Ao longo do século XX, houve um **crescimento exponencial**, com a chegada de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul à Bahia. **Nas ilustrações apresentadas abaixo**, é possível observar o processo de assentamento, expansão e o movimento das dunas, o qual teve consequências na realocação das habitações dos moradores.



² Consoante a lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 em sua Seção I "Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: [...] VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues"



A maior expansão mencionada, no final do séc. XX e início dos anos 2000, ocorreu devido, em grande parte, ao **crescimento do setor da construção civil** no Norte da Ilha de Florianópolis, predominantemente no Bairro Santinho. Além disso, como capital do estado de Santa Catarina, seus índices de desenvolvimento e marketing turístico atraía olhares daqueles à procura de melhores oportunidades, conforto e bem estar (CHESINI, 2012). Como consequência a essa expansão, configurou-se a **Associação de Moradores da Vila do Arvoredo (AMOVILA)**, este será nosso principal agente político da comunidade e, ainda hoje, nossa maior fonte de informações da comunidade. Contudo, ainda que de extrema importância, a AMOVILA teve uma trajetória conturbada e marcada por **longas batalhas e tristes fins**.

A VIDA NA VILA ENTREVISTAS³

³ Durante todas as entrevistas realizadas foram destacados conflitos importantes com as elites políticas e econômicas locais, além do interesse dos tráficos municipal e estadual sobre a comunidade. Portanto, optou-se por manter o anonimato dos entrevistados e classificá-los como Sr. P1, Sra. M2, Sr. M3 e Dra. S4, iniciais contextualizadas no corpo do trabalho.

Segue-se, pela falta de informações mais atualizadas quanto à comunidade, às entrevistas, onde foram entrevistadas quatro pessoas com diferentes perspectivas e graus de influência no conjunto. Sendo elas:

Entrevistado P1: senhor que foi membro ativo da AMOVILA durante toda sua existência, conhecedor da história da comunidade e que vivenciou grande parte da mesma. Devido à sua participação contundente na associação, é um profundo conhecedor dos mais diversos embates político-sócio-ambientais da vila, possibilitando uma análise abrangente e detalhada do tema. Sendo nosso primeiro entrevistado e com temática de maior cunho **Político**, nomeia-se como Sr. P1;

Entrevistada M2 e Entrevistado M3: ambos moradores cotidianos da comunidade, porém com vivências muito diferentes. A primeira consiste de uma moradora em sua sexta década de vida, trabalhadora doméstica e com uma precária habitação vítima das mais intensas intempéries e riscos que podem ser causados por um ambiente tão infortúnio. Quanto ao segundo, trata-se de um jovem estudante universitário que, mesmo com as diversas adversidades advindas de uma vida como “favelado”, teve a possibilidade de uma habitação escriturada, estruturada e mais protegida dos riscos das dunas juntamente com seus familiares. Como **moradores** e entrevistados 2 e 3, serão Sra. M2 e Sr. M3.

Entrevistada S4: servidora pública, sendo profissional de saúde na região dos Ingleses do Rio Vermelho, possibilitando uma análise do aspecto biológico e de bem estar dos habitantes. Sua atuação com os membros da comunidade possibilita a crítica quanto a permanência dos indivíduos em um ambiente tão adverso. Esta quarta entrevistada será abordada com o enfoque na esfera de **saúde**, assim denomina-se como Dra. S4;

■ áreas alagadas

Ilustração pelo autor sobre mapa Google Earth

Durante a longa e prazerosa conversa com o **Sr. P1**, foi repassada toda sua trajetória como **baiano migrante** para Florianópolis no início do séc XXI. P1 veio à Ilha, assim como outros habitantes dali, por oportunidades de **emprego no setor de construção civil**. Ele, sem condições para arcar com os custos de um aluguel, optou por comprar terras de nativos do município que, através da grilagem velada e alienando imigrantes como nosso entrevistado, passaram a “posse” de diversos lotes sobre as dunas. Como antigo membro da comunidade, Sr. P1 foi capaz de contextualizar os diferentes marcos temporais que presenciou nas dunas. No início de sua ocupação, fora dito que haviam **lagoas** em que era possível o nado, grandes **eucaliptos** e uma distribuição maior de residências no território e frequente interação dos habitantes com as dunas, como com brincadeiras das crianças da comunidade que exploravam suas cristas.



Menor risco

Maior risco

Divisão de áreas

Gestão Diário | Gestao Atual



Contudo, como dito pelo próprio entrevistado, “é devagarinho, devagarinho, mas quando chega não tem o que fazer” (Sr. P1). Sr. P1 relata como a comunidade frequentemente deixa entulhos e utensílios já danificados nas “costas” (forma que o entrevistado trata a fronteira entre a área assentada e a área móvel), porém com um propósito muito claro: **conter** o movimento e o grande volume de sedimentos que deslizava sobre a comunidade. Este movimento acarretava em uma enorme **insegurança** para todos aqueles que viviam nas “costas”, P1 menciona a divisão feita como hierarquização dos grupos em risco sendo de **A a E**, respectivamente do menor ao maior risco. Como antigo morador da área E, nosso entrevistado conta o desafio de se ver desabrigado por uma força iminente e se vendo na condição de se realocar, possuindo ainda mais insegurança que antes pois, se tinha algum elo com aquela terra através de um contrato de compra e venda, agora Sr. P1 se via em um sítio completamente novo e **desvinculado legalmente**.



Entulhos nas bases da duna. Foto: Flavio Veloso

A VIDA NA VILA

ENTREVISTAS

A atuação de Sr. P1 na associação garante também para o presente estudo uma importante perspectiva de um cidadão que luta por sua comunidade e que se viu em debates acalorados e, muitas vezes, **arriscados**. Durante a primeira década de 2000 até meados de 2014, as interações **AMOVILA** e Estado eram frequentes e sempre abordaram as mesmas temáticas, por um lado a habitação, por outro a preservação. Já mencionamos aqui como, conforme lei federal, as dunas se tratam de uma área a ser **permanentemente preservada** e que, nelas, não é permitida qualquer tipo de construção sem o explícito aval do Estado e com claro propósito social. Todavia, a importância das reivindicações da comunidade também devem ser devidamente destacadas, pois consta, desde 2000 através da Emenda Constitucional nº 26, na constituição brasileira vigente o **direito à moradia**, conforme redação a seguir datada de 2015:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (BRASIL, 2015, p. 1)

Pode-se dizer que foi essa lei o combustível para que a comunidade se mantivesse firme durante tanto tempo. Sr. P1 conta como, pela **negligência** do poder público, a Associação de Moradores acabou por **preencher diversas** das funções do Estado na comunidade como educação e conscientização, segurança e estabilidade e proteção física e jurídica contra agentes externos. Através da grande pressão da associação e do então vereador **Lino Fernando Bragança Peres**, foram possíveis diversas novas frentes de abordagem, bem como um **diálogo** bem mais amigável com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e com os agentes externos (elites econômicas de diversos setores). Foi durante a gestão de Dário Elias Berger (PSDB, 2005 a 2013) que os maiores avanços foram conquistados.

Durante seu governo, Dário se mostrou sensível às demandas da comunidade e investiu recursos para **levantamento e análise de glebas** que pudessem receber a comunidade de forma digna. Tomou-se como maiores candidatos dois terrenos, um pertencente à CASAN e outro nas proximidades do Água Show Park, contudo houve grande pressão da vizinhança para que o terreno da CASAN, já cedido à PMF, não recebesse a comunidade, sobrando assim apenas a segunda opção (CHESINI, 2012). A longa jornada parecia próxima ao fim, o projeto estava encaminhado, os financiadores BID (Banco Internacional de Investimentos) e a Caixa Econômica Federal estavam em fase de consolidação do investimento e, como conta nosso entrevistado, faltava apenas uma declaração de que as terras a serem utilizadas constavam no Plano Diretor como ZEIS e que seriam legalmente cedidas para esse tão esperado projeto habitacional.

Contudo, como mencionado no caso dos ribeirinhos do Rio Iriri, **mudanças de gestão** das entidades públicas podem significar mudanças radicais nas políticas adotadas ou não. Com a sucessão de Dário por César Souza Júnior (PSB), somada aos protestos contra o governo federal de Dilma Rousseff (PT), constatou-se uma importante **queda nos investimentos públicos nas políticas habitacionais** (CARTACAPITAL, 2018), sendo a Vila do Arvoredo uma das inúmeras

comunidades afetadas. As documentações constantemente requisitadas pela associação para a realização do projeto **nunca foram recebidas** pela comunidade, suas requisições nem mesmo eram respondidas pelas entidades públicas, como relata Sr. P1.

Concomitantemente, inicia-se em Santa Catarina a **expansão da facção paulista PCC** (Primeiro Comando da Capital), sendo a cidade de Florianópolis um território estratégico por sua acessibilidade aos portos marítimos (TORRES, 2017). Contudo, a comunidade da Vila do

Arvoredo encontrava-se como **território dominado pela catarinense PGC** (Primeiro Grupo da Capital), a qual se encontrava enfraquecida pelas centenas de operações e prisões contra seus membros pelas forças policiais, como informou em entrevista ao UOL o então promotor do Ministério Público de São Paulo, Lincoln Gakiya (2017). Esses dois fatores, a expansão do PCC e o enfraquecimento da PGC acarretou em **conflitos sangrentos** na comunidade, causando mais um risco para uma comunidade já muito fragilizada. Em entrevista com o Sr. P1, foi informado que tais facções frequentemente **pressionaram** a associação de moradores

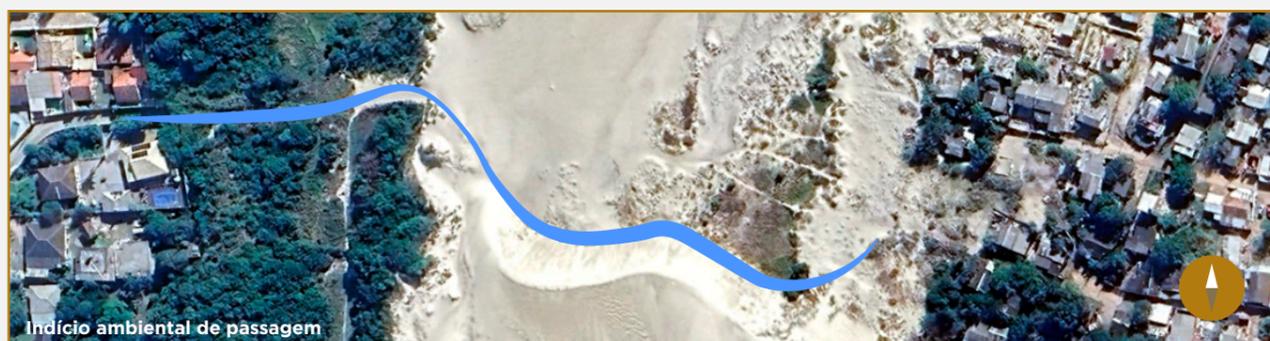


A VIDA NA VILA ENTREVISTAS

Ao termos um cenário de **decepção e desesperança** advinda do esquecer de um sonho por moradia arduamente perseguido com a negligência do Estado; somado aos intensos conflitos das facções na comunidade; e por fim a situação extremamente precária e em constante piora em consequência da ocupação de um ambiente tão adverso e delicado; a desmobilização e descrença tomou conta do sentimento da comunidade. Sr. P1 relata as acusações recebidas, desde alegações de **corrupção e propina** ao simples **desinteresse** em ajudar seus pares. Essa fronteira temporal é nitidamente demarcada, em breve pesquisa nos mecanismos de busca disponíveis na Internet, constata-se a **ausência de qualquer representatividade** legítima da comunidade desde meados de 2014.

Após essa longa e aprofundada contextualização fornecida por Sr. P1, passaremos aos moradores: **Sra. M2 e Sr. M3**. Com sua voz rouca, **Sra. M2** demonstra e verbaliza a tristeza de viver “do lado da avalanche”, habitando uma casa de infraestrutura simples como vedações em madeira que beira os morros de areia. Com esta entrevistada podemos abordar melhor o **cotidiano** de trabalhadoras e trabalhadores da comunidade, como Sra. M2. Ao longo da conversa aquilo que se torna mais nítido é o **estigma** existente contra todos aqueles que habitam a comunidade que, antes das medidas da AMOVILA, chamava-se **Favela do Siri**. Em referência à rua do Siri, o nome Favela do Siri era símbolo de “**furada**”, como diria a Sra. M2; este preconceito acarretava em grandes dificuldades até para encontrar a possibilidade de emprego digno. Foi por este motivo que, em meados de 2004, a associação de moradores — em **homenagem aos grandes eucaliptos** existentes no antigo setor E — se identificou como a comunidade da Vila do Arvoredo, o que se mostrou muito benéfico para o **combate ao grande estigma** da comunidade (Sr. P1).

Retornando ao cotidiano da Sra. M2, pode-se entender a **presença da areia** em todos os aspectos de sua vida. Ao mencionarmos o conceito de identidade de lugar, podemos dizer que a Sra. M2 acabou por criar uma identidade interligada com os aspectos de sua habitação, especificamente das areias das dunas. A entrevistada conta como **crusa as areias** a caminho do Centro de Saúde do Santinho, logo ao Norte da comunidade, ou quando cruza rumo oeste para acessar as servidões Caminho das Dunas e Idalino Damásio Fernandes e assim ter acesso às linhas de ônibus que conectam os terminais rodoviários de Canasvieiras (TICAN) e da Lagoa da Conceição (TILAG). Conta, também, como precisa sempre estar preparada para se trocar e limpar ao chegar em seu ofício para que as areias **não sujem a casa** e incomode seus patrões.



Atualmente, a Sra. M2 encontra-se numa posição de decidir entre **se manter onde está**, arriscando sua saúde e estabilidade pela iminência das dunas; ou decidir voltar ao Paraná, seu estado de origem, e arriscar a possibilidade de ficar sem uma fonte de renda. Já quanto ao entrevistado, o **Sr. M3**, pode-se constatar uma **realidade diferente**. Como jovem estudante universitário, este entrevistado, mesmo que jovem, compreende profundamente os conflitos que agem sobre seu cotidiano. Foi possível constatar seu domínio quanto às medidas recentes de infraestrutura da comunidade, explicitando casos como a construção da rede de saneamento que, ainda que inteiramente instalada, não se encontra preparada para uso - o que não impediu a comunidade de conectar suas residências à rede. Essas conexões irregulares acarretaram, consoante o entrevistado, no extravasamento do esgoto em edificações próximas ao norte da comunidade.

Imagens via Google Street View



A VIDA NA VILA ENTREVISTAS

Diferentemente da Sra. M2, o Sr. M3 encontra-se em uma situação **mais estável**, ainda que de fragilidade. A residência de sua família encontra-se num local já com infraestruturas de abastecimento de **água potável e de rede elétrica**, além da escrituração da posse de sua residência, havendo até mesmo o pagamento de IPTU por seus residentes. Como jovem que teve parte de seu crescimento na comunidade, o Sr. M3 conta de suas **relações de infância** e como o tráfico e a política “policialesca” do Estado na comunidade acabou por mudar significativamente o espaço e suas relações, ocasionando a perda de conhecidos e experiências que seriam traumáticas para a grande maioria da população, mas que é rotina para indivíduos marginalizados.

Por fim, como visão de uma agente externa, tem-se a **Dra. S4**, profissional de saúde que passou parte de sua carreira no atendimento clínico no bairro dos Ingleses do Rio Vermelho, incluindo-se a comunidade da Vila do Arvoredo. Dra. S4 ressalta os riscos de ter seu principal local de estada sobre um grande corpo de areia como as dunas, abrangendo de **problemas respiratórios a psicológicos**. De imediato, a dra. menciona a seriedade da abundância de **sedimentos no ar** inalado pela comunidade, acarretando sério problemas **respiratórios**, principalmente naqueles com comorbidades prévias como asma, rinite, sinusite, pneumonia, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e incluindo COVID. Essas complicações podem acarretar em quadros de insuficiência **cardíaca** devido à alteração da estrutura e funcionamento do sistema respiratório, como corroborado pelo cardiologista Dr. Marcus Gaz em artigo publicado em Cuidados Pela Vida (2020).



Sedimentos carregados pelo vento. Autoria desconhecida

Além de complicações cardiorrespiratórias, a areia propicia sérios problemas de **pele**, seja pela abrasividade na pele, mucosas e olhos, devido aos sedimentos levados pelos fortes ventos, seja pelo ambiente favorável à proliferação de **parasitas** (PASTERNAK e CERNEA, 2014). Como destaque a este último, podemos mencionar diversas infecções consideradas corriqueiras pela Dra. S4 como: bicho geográfico, toxoplasmose, leptospirose, tungíase e micoses. Dessas doenças, todas tratam direta ou indiretamente da **presença de animais** como cães, gatos e ratos que transmitem seus parasitas por suas fezes e urina que, ao ficarem depositadas na areia, entram em contato com os transeuntes e proliferam a doença.



Tratamento do solo para precaução de bicho do pé. Foto: Osmar Machado

Com tudo o que foi constatado aqui, é nítida a condição de precariedade e a **iminente piora** dos habitantes da Vila do Arvoredo. Com o **aquecimento global**, é consenso na comunidade internacional que tende-se a haver maior imprevisibilidade e explosividade dos fenômenos naturais, eventos como o El Niño do presente ano (2023), que acarretará no **inverno mais quente da história** registrada (HUGHES, 2023), demonstram a importância e **emergência** para tratarmos da questão **habitacional** conjuntamente com a questão **ambiental**. Utilizando-se do conceito de territorialidade, são aqueles que habitam e sobrevivem do espaço que mais controlam, se apropriam e **protegem** o ambiente que os cerca (VERDUGO, ROMERO, LOMELÍ, 2004).

DIRETRIZES PSICOSSOCIAIS

PROPOSTA

CONFORTO

EMPODERAMENTO

IDENTIDADE

AFETO

APROPRIAÇÃO

PARTICIPAÇÃO

INTEGRAÇÃO

CONFLITOS

DESESPERANÇA

PRECONCEITOS

PRESSÕES

DIREITOS

HABITAÇÃO

PRESERVAÇÃO

SAÚDE

ANÁLISE REALOCAÇÃO

REALOCAÇÃO E SELEÇÃO DE TERRENO

Glebas atual e proposta
Ilustração pelo autor sobre mapa Google Earth



Com todo o levantado, a **realocação** da comunidade se torna a medida mais viável, estável, segura e saudável para os habitantes. Com isso, iniciou-se buscas para a seleção de m sítio que possuísse as seguintes determinantes:

- **Área vasta** para comportar todos os habitantes da comunidade em apartamentos e lotes, para que seja possível atender demandas dos quase **800 habitantes** da área segundo levantamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2020);
- Acesso a **equipamentos públicos** como ensino, saúde e assistência social, além de comércio e espaços de culto. Preenchendo, assim, requisitos básicos de vida e para investimentos do **Programa Minha Casa Minha Vida**;
- Acesso à **infraestrutura** como água potável, coleta de resíduos sólidos, eletricidade, esgotamento sanitário e transporte público. Preenchendo, assim, requisitos básicos de vida e para investimentos do **Programa Minha Casa Minha Vida**;
- **Proximidade** da área de origem, mitigando possíveis experiências traumáticas de uma grande mudança de ambientes;
- **Segurança** dos fenômenos naturais, contrapondo a vida atual;
- Classificação como “**vazio urbano**”, tornando mais viável sua apropriação pelos moradores da comunidade.
- Após essa pesquisa, concluiu-se como caso mais viável uma **gleba localizada na Rua Dário Manoel Cardoso, Ingleses do Rio Vermelho**, como demonstrado no mapa ao lado. classificada como Vazio Urbano desde 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2012), além de **atender todas as demais necessidades levantadas**.

MORADA DO ARVOREDO

VILA DO ARVOREDO

ANÁLISE

EQUIPAMENTOS URBANOS

RAIOS DE CAMINHABILIDADE NUM INTERVALO DE 15MIN

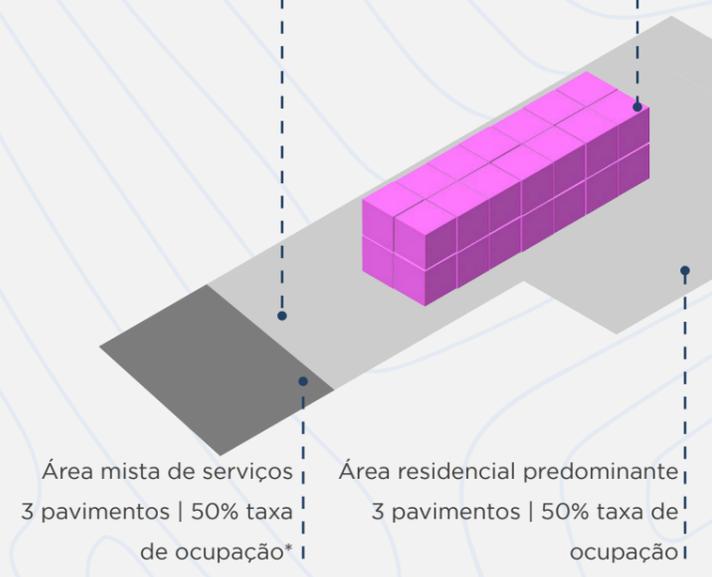


PROPOSTA MASTER PLAN | MORADA DO ARVOREDO

DENSIDADE

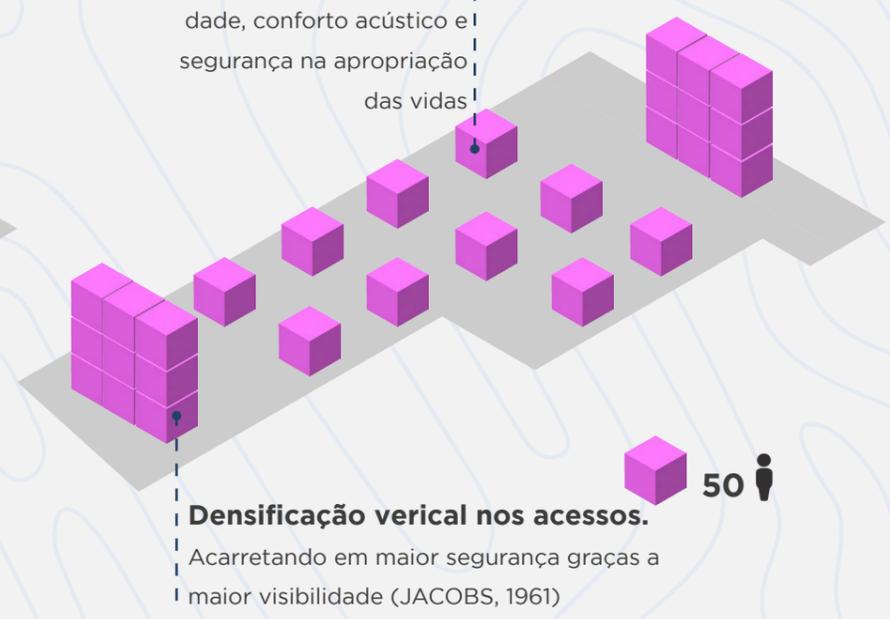
Gleba proposta com cerca de 34.000 m²

Previsão de 1400 habitantes. Aumentando a capacidade em 75%



DISTRIBUIÇÃO

Loteamento central com 500 habitantes. Possibilitando maior privacidade, conforto acústico e segurança na apropriação das vidas



PROGRAMA

Usos comunitários dedicados à comunidade.

Utilizando-se da privacidade e acessibilidade, além de otimizar a infraestrutura ao utilizar-se da edificação habitacional proposta

Embasamento de usos comerciais.

Utilizando-se do movimento da via principal para atrair maior movimento e renda.



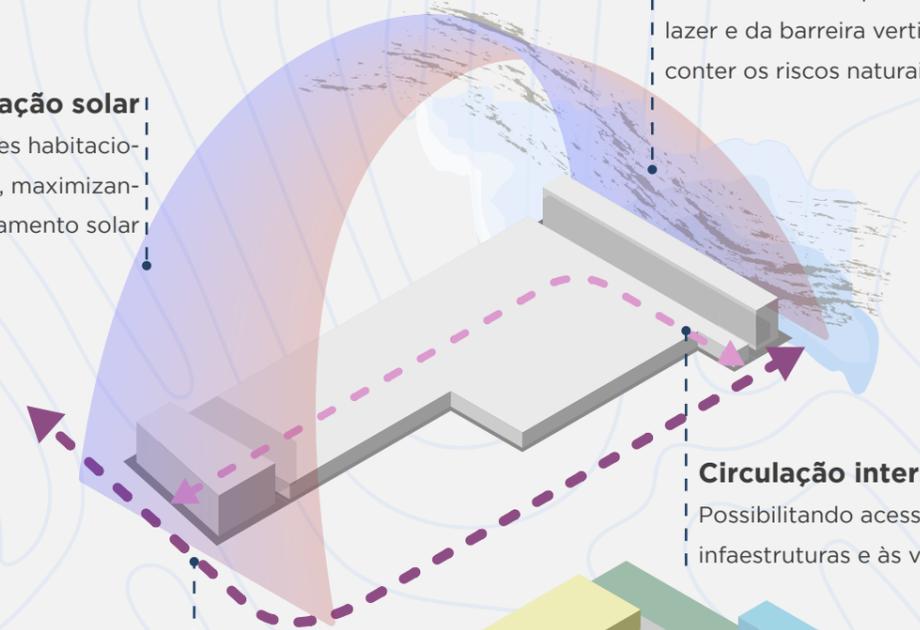
CONDICIONANTES FÍSICAS

Área alagável e passagem de sedimentos

Utilizar das áreas permeáveis de lazer e da barreira vertical para conter os riscos naturais

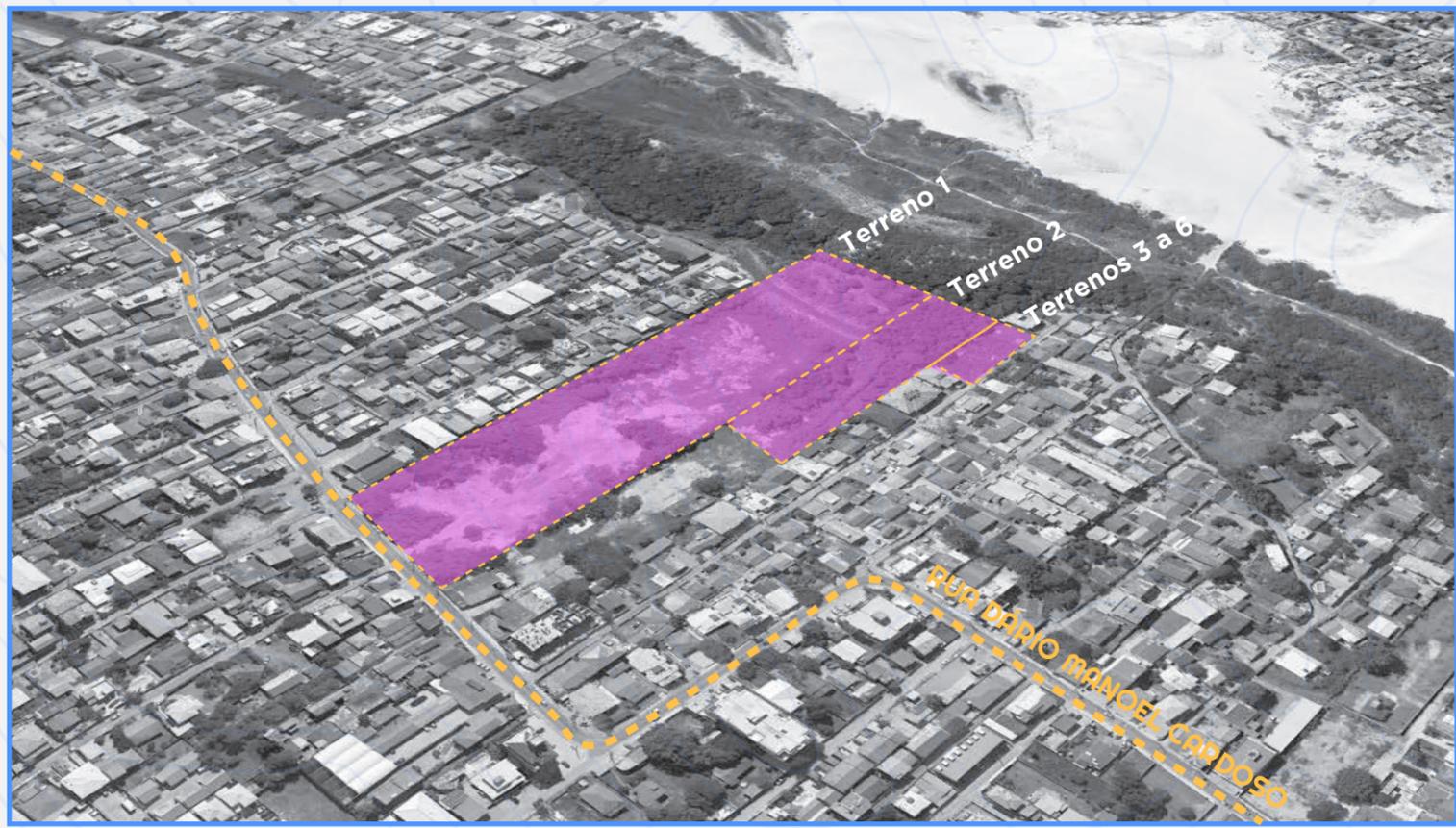
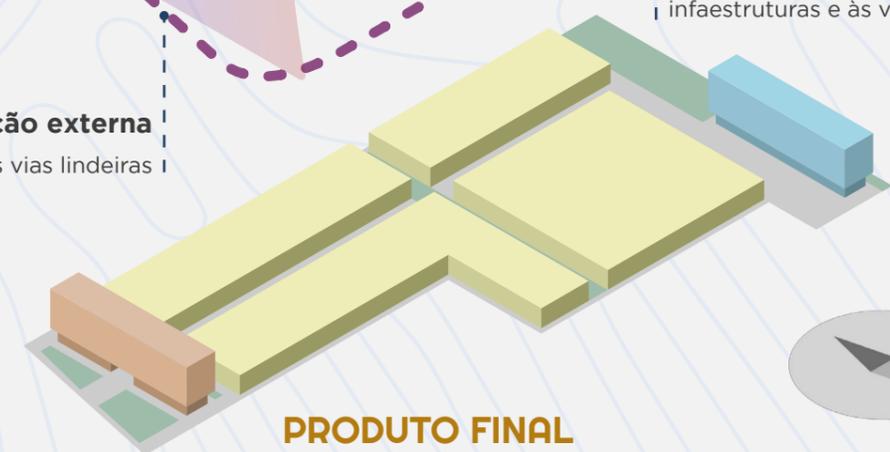
Orientação solar

Orientar as unidades habitacionais para o Norte, maximizando o aproveitamento solar



Circulação externa

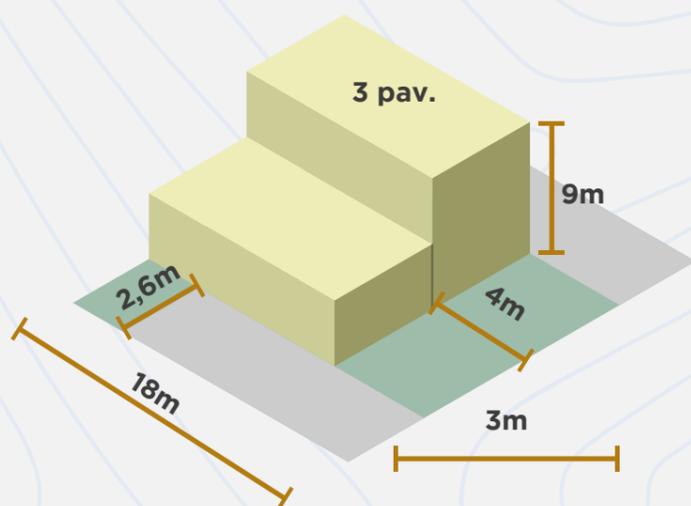
Conexão entre as vias limdeiras



PROPOSTA

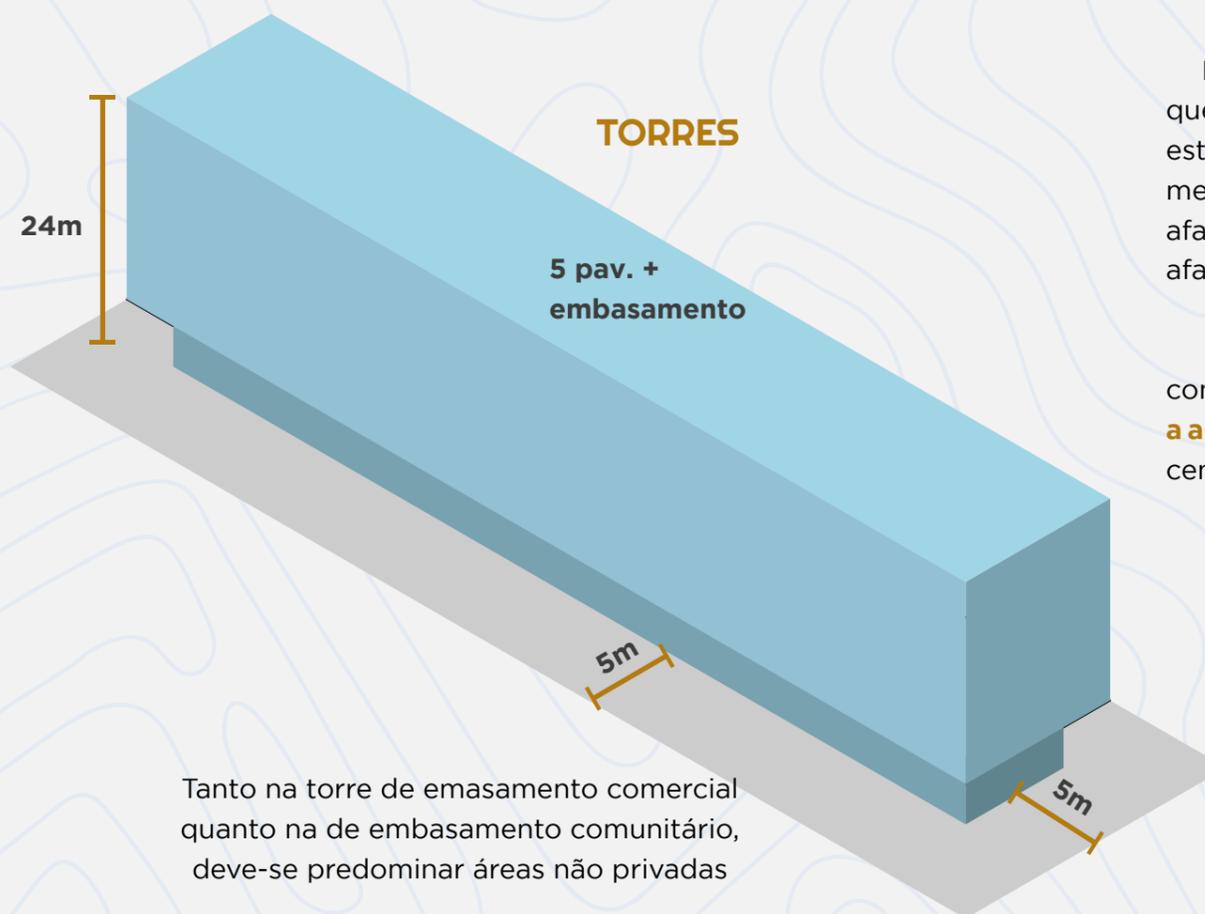
MASTER PLAN | DIRETRIZES URBANAS

LOTE RESIDENCIAL



Duas habitações por lote, possibilitando a união de habitações entre parentes

TORRES



Tanto na torre de emasamento comercial quanto na de embasamento comunitário, deve-se predominar áreas não privadas

Para a melhor **organização e padronização** do território, ainda que o projeto arquitetônico seja em formato participativo, deve-se estabelecer certas **diretrizes** para o uso comum. Dentre elas, menciona-se aqui os lotes residenciais padrões, bem como seus afastamentos e gabaritos. Quanto às torres, apresenta-se seu afastamento e gabarito máximo.

Para a melhor circulação e drenagem interna, propõe-se a configuração de vias desenhada abaixo. Por ser uma área **propensa a alagamentos**, as principais vias devem ser munidas de canteiros centrais para **drenagem**

ZONEAMENTO E CIRCULAÇÃO



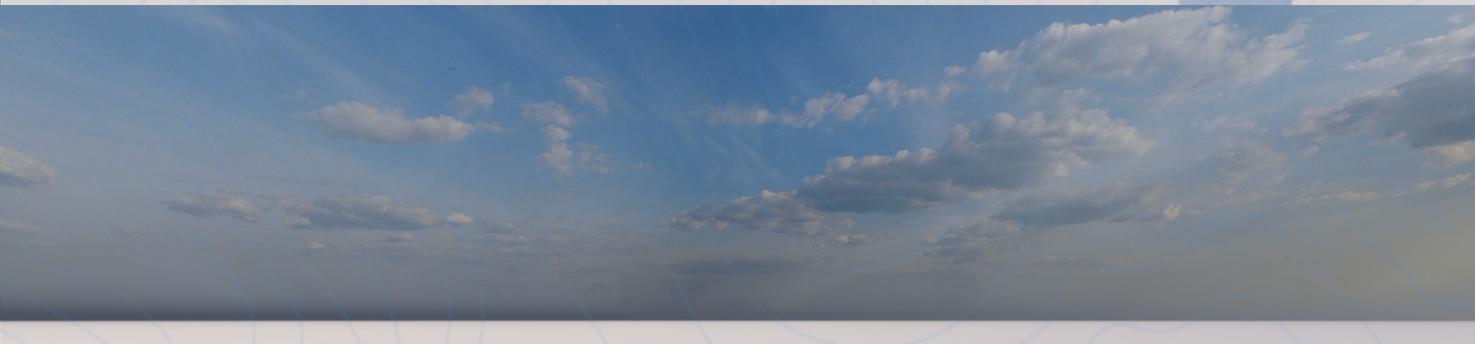
PERFIL DE VIAS



PROPOSTA MASTER PLAN | EXEMPLO

Para efeitos de **demonstrar uma possibilidade** de conjunto habitacional, criou-se um master plan baseando-se nas diretrizes. Destaca-se que o presente estudo é apenas para efeitos de **demonstração**, uma vez que a proposta construtiva seria feita **exclusivamente com a participação** da comunidade.

Modelagem e imagem pelo autor



PROPOSTA CONEXÃO | PASSARELA

Ainda que com a nova localidade, como estudado previamente, são necessárias medidas para que o processo seja capaz de abarcar as **demandas da comunidade**. A **participação** nas análises e projetos torna-se, portanto, essencial para uma comunidade que veja a passar por essa empreitada.

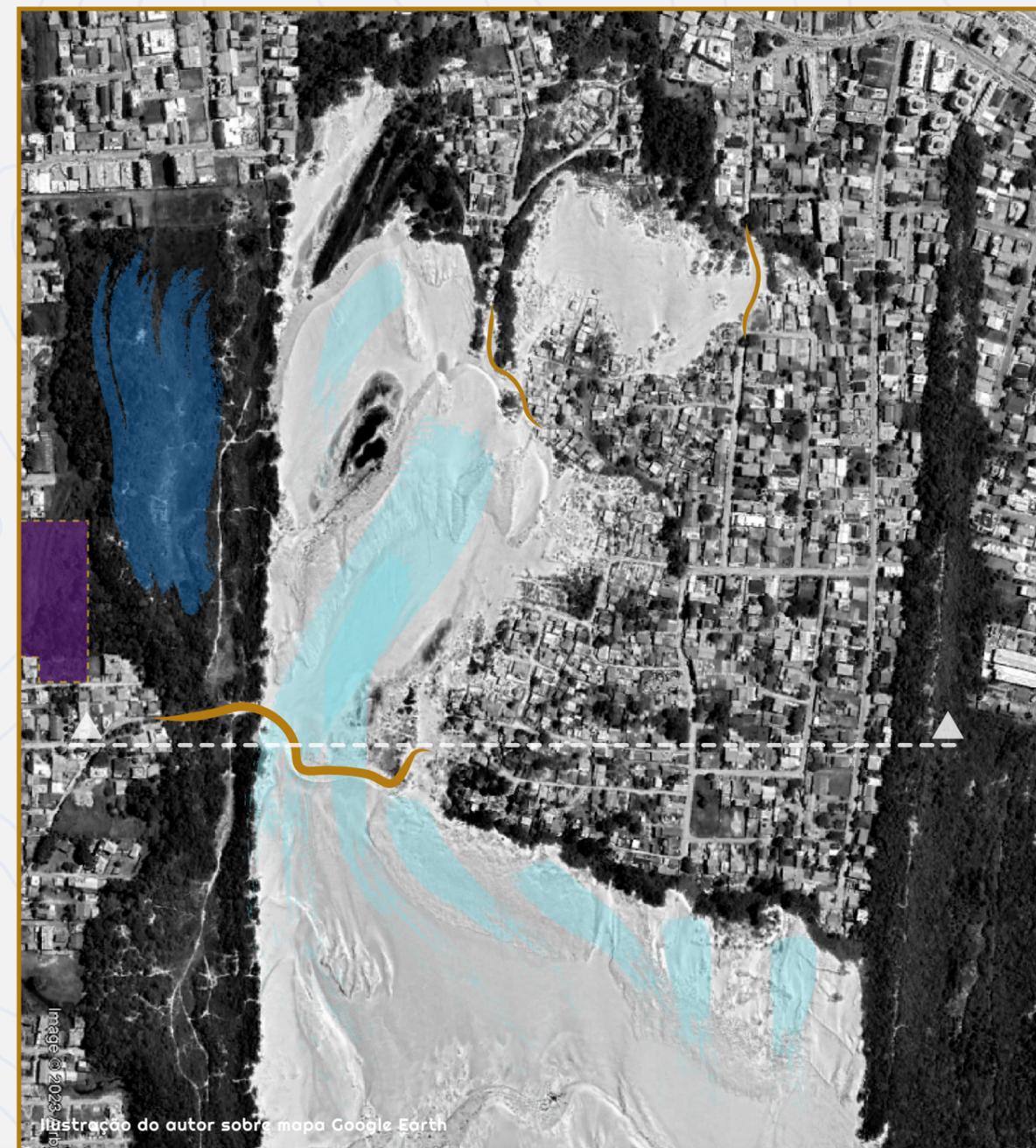
Sendo assim, além de outras medidas de **empoderamento** que serão citadas a frente, é proposta a construção de uma **passagem** entre a comunidade existente e o lote proposto. Isso se dá para compreender as demandas psicoambientais de apropriação e afeto, possibilitando uma **maior relação do indivíduo com o espaço**, além de que, como visto no caso **Nova Ponte**, o acompanhamento das obras pela comunidade é essencial para não haver descontentamentos evitáveis

Para a construção dessa estrutura, diversos aspectos precisam ser considerados devido à **adversidade do ambiente** onde a mesma será instalada. Em primeiro, a área é determinada como **Área de Preservação Permanente**, requerendo uma estrutura que seja removível e que não haja, por nenhuma hipótese, a alteração permanente da paisagem.

Tem-se também o grande fluxo de **ventos**, principalmente os advindos do Sul. Tais ventos carregam **baixas temperaturas e grande volume de sedimentos**, sendo prejudicial para os transeuntes e até mesmo para a própria estrutura, requerendo uma técnica construtiva mais **robusta e protegida** das interpéries.

Isso dito, para o mapeamento dessa estrutura, considerou-se os **vestígios ambientais** da área juntamente com os elementos naturais como árvores, áreas alagáveis e relevo. Foram mapeados **três principais** pelas dunas, sendo uma delas para uma quadra lindeira à quadra onde se localiza o lote alvo da proposta, como pode ser visto no mapa ao lado.

Será, portanto, neste último mencionado que será elaborada uma proposta para um **passarela** que interligue à comunidade ao novo lote, baseando-se nas trilhas e passeios em áreas de preservação. Tais passeios são, predominantemente, de **estruturas elevadas e pré-moldadas**, facilitando sua manutenção, instalação e remoção, como é o ideal em uma área a ser preservada. Além disso, as dunas constituem, como visto nos mapas indicando suas cristas anteriormente, um ambiente dinâmico onde seus “morros” se encontram em **constante movimento** rumo ao norte.

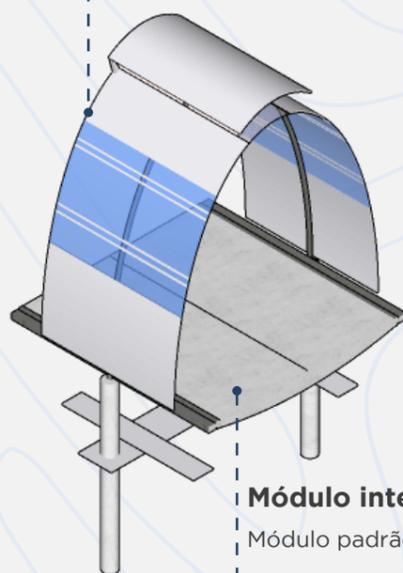


PROPOSTA

PASSARELA | MÓDULOS

MÓDULOS CONSTRUTIVOS

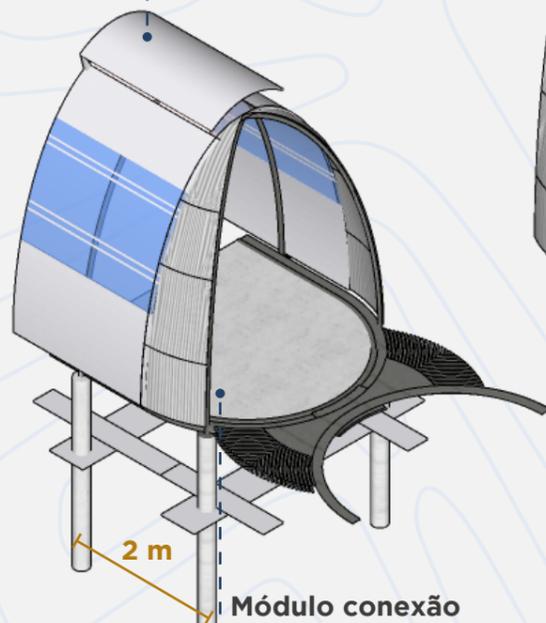
Fechamento em placas acrílicas
Possibilitando o fácil desmonte e manutenção



Módulo interno
Módulo padrão de passagem com conexões paralelas

Abertura zenital

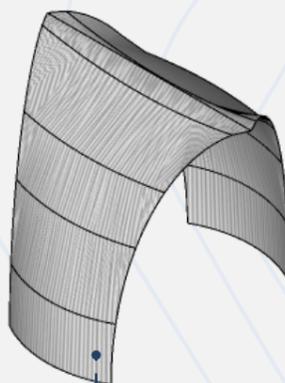
Baseando-se na arquitetura do Oriente Médio, abre-se o topo para que o ar quente possa circular para fora da construção e possibilitando a entrada do ar frio



Módulo conexão
Módulo intermediário entre os módulos internos e os módulos de giro

Membrana flexível

Membrana similar a automóveis articulados, fornecendo flexibilidade e resistência às intempéries

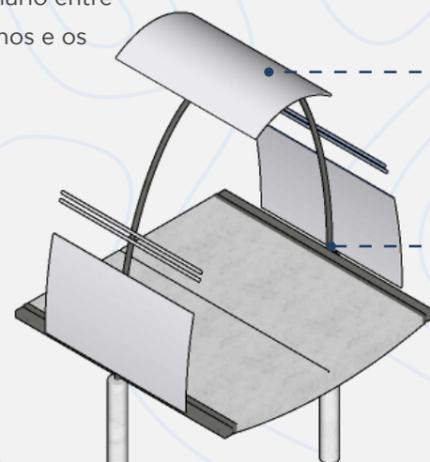


Placa superior

Placa que protege o interior e possibilita instalação de painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas

Sustentação

Estrutura metálica em forma de catenária, baseando-se nos conceitos de resistências estruturais

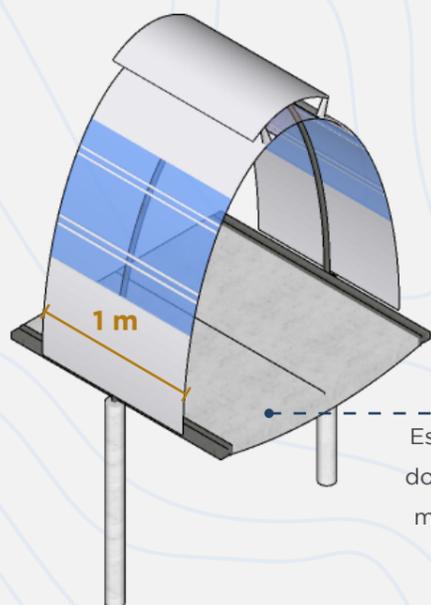


Trilhos

Trilhos metálicos laterais para assistir no transporte das partes da própria passarela, evitando o transporte sobre a areia

Base

Estrutura em concreto pré-moldado 3x3m com encaixe interno para melhor segmentação da estrutura



VARIAÇÕES FECHAMENTO

MÓDULO DE GIRO

Fechamento translúcido

Acrílico transparente resistente às intempéries

Estrutura em catenária

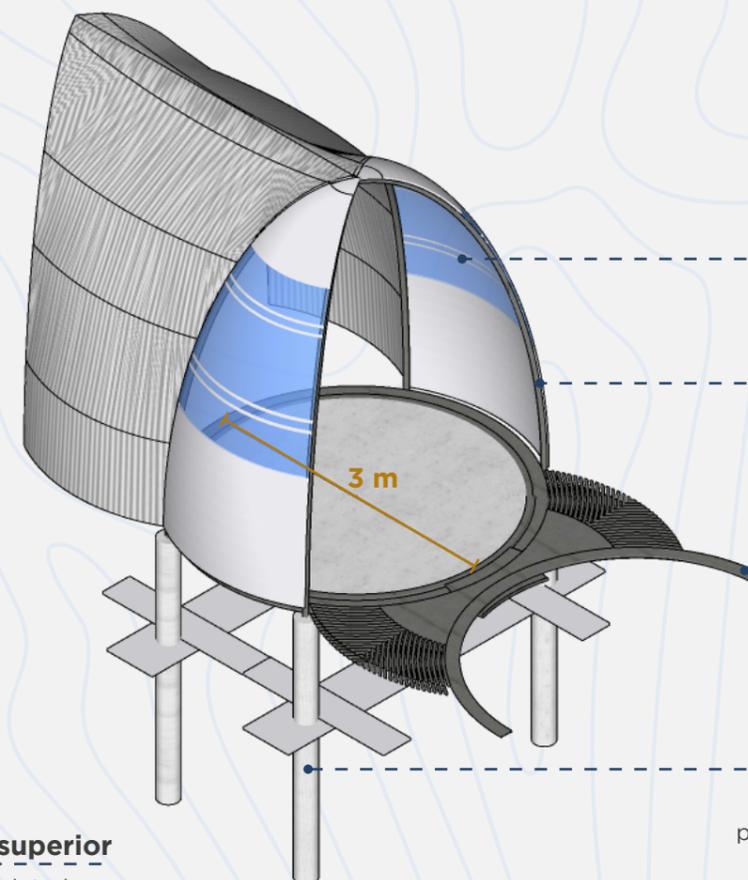
Formato para maior resistência aos ventos incidentes na estrutura.

Presilha de giro

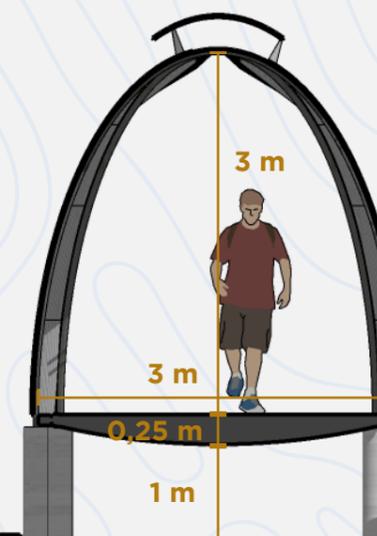
Estrutura metálica servindo de conexão de segundo grau entre os módulos de giro e intermediário

Fundação

Estrutura rasa para fixação na areia e placas para estabilização da estrutura



CORTE DO PASSEIO

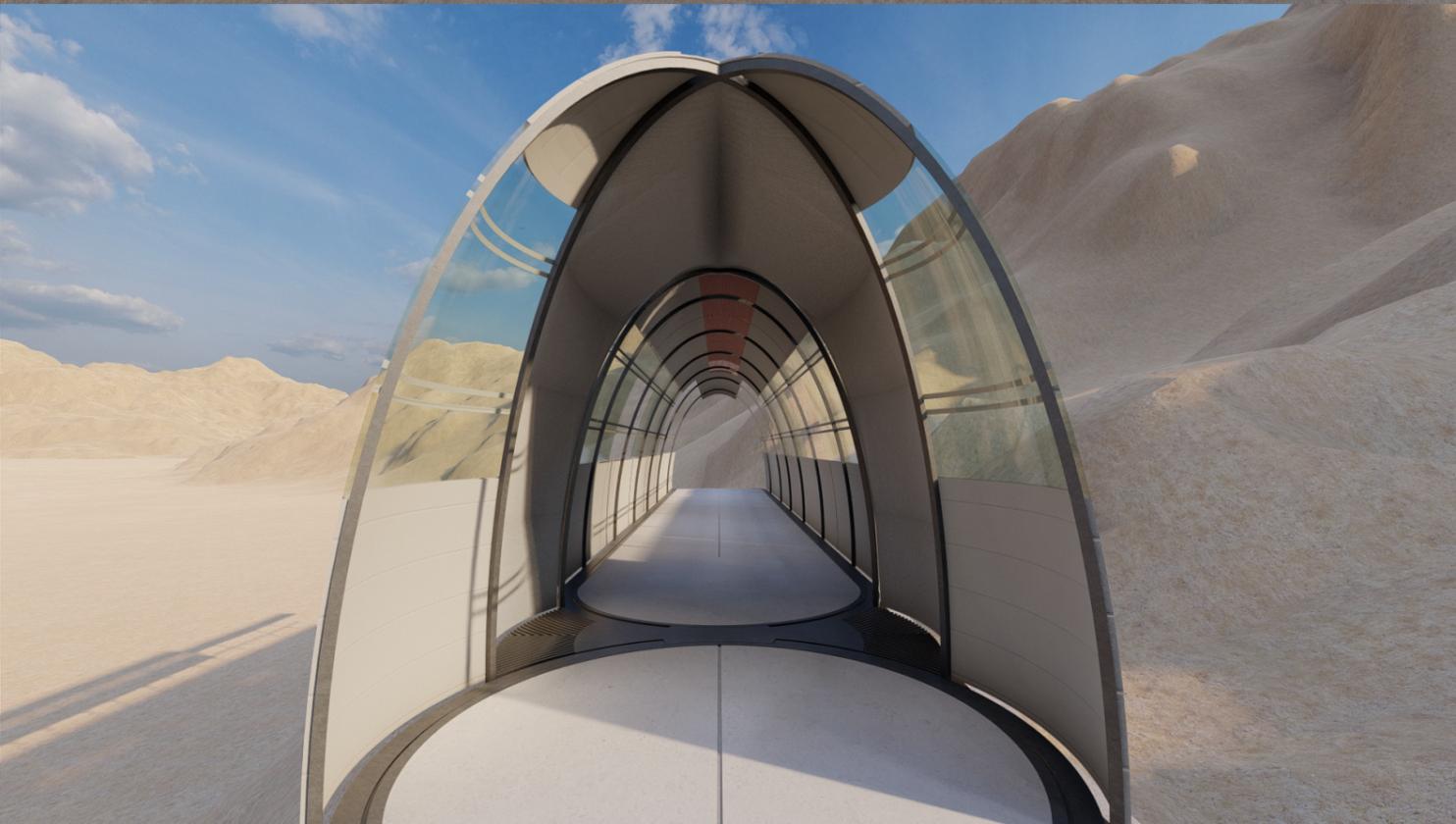
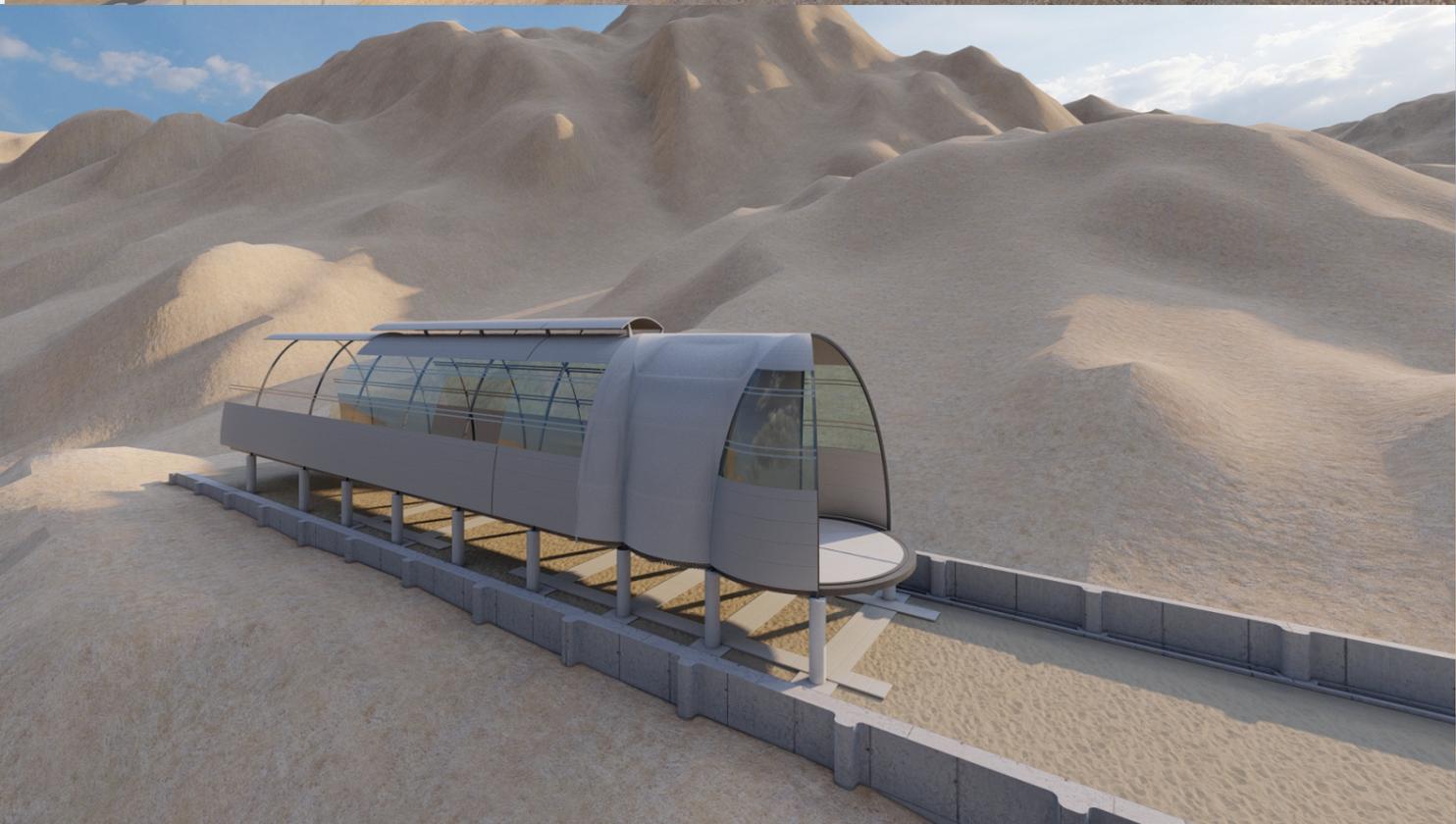
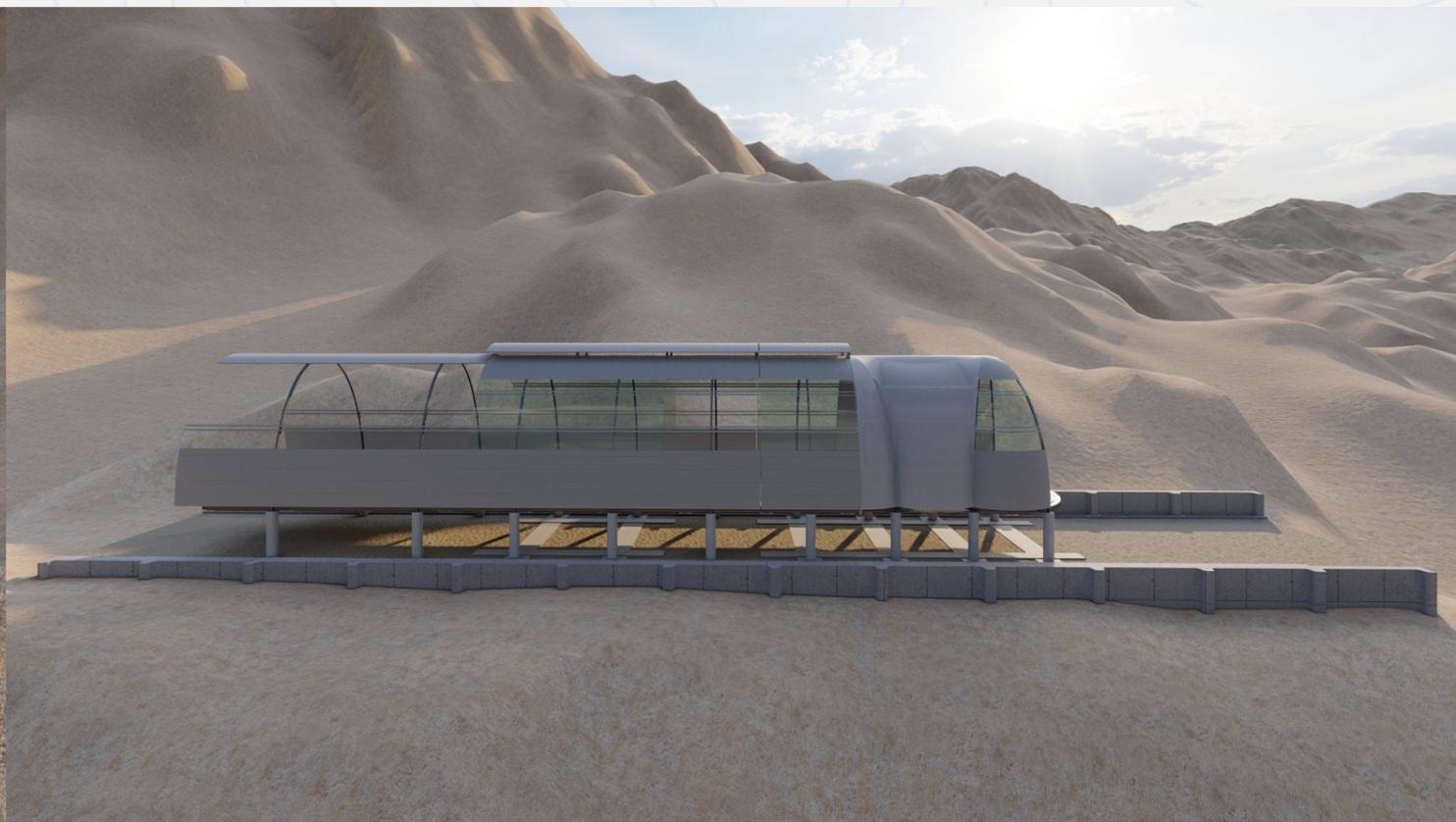


Contensão

Placas de concreto pré moldado espessas e profundas encaixadas na areia e atirantadas na estrutura

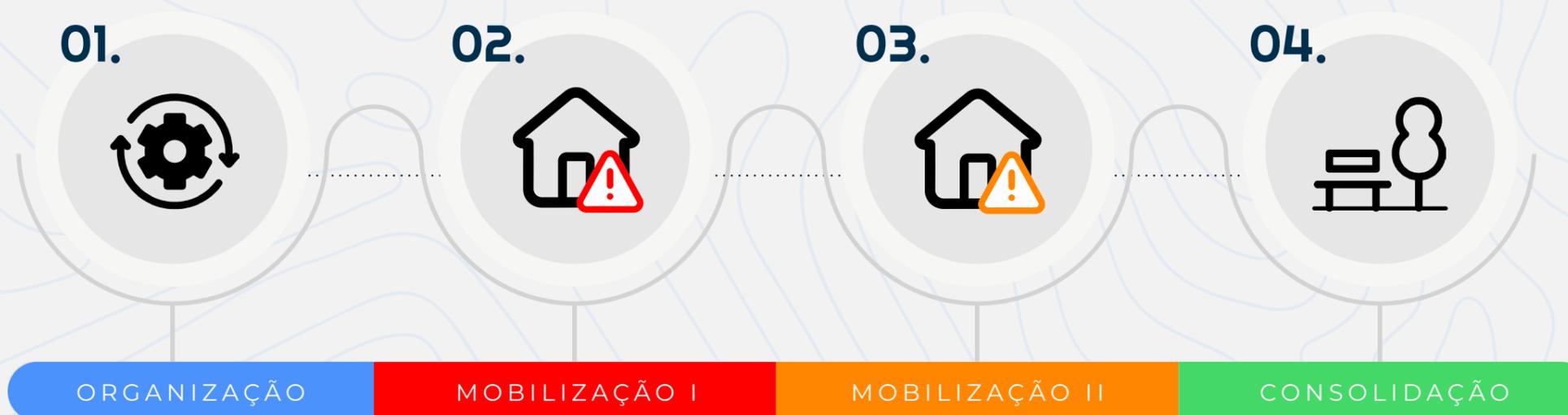
PROPOSTA PASSARELA | IMAGENS

Modelagem e imagem pelo autor



PROPOSTA

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO



EMPODERAMENTO

Centro Comunitário Provisório

Local de organização da comunidade de caráter provisório locado no atual recorte da Vila do Arvoredo, contribuindo para a organização, integração, empoderamento e planejamento da comunidade e das fases subsequentes.

Passarela

Construção e inauguração da passarela, possibilitando a interação da comunidade com o local de destino e, assim, estimulando seu apego e territorialidade.

Centro Comunitário Permanente

Implementação de novo centro comunitário, locado no recorte de destino da comunidade. Acumulando os mesmos objetivos e potenciais que ambas mencionadas anteriormente.

URGÊNCIA

Áreas Comuns

Construção das áreas comuns da nova área de moradia, possibilitando a maior integração entre os moradores e com o espaço.

Habitacões I

Finalização de habitacões, uni e multifamiliares consoante consenso dado pela comunidade nas reuniões prévias.

Mobilização Primária

Realocação de moradores em maior caráter de urgência, incluindo aqueles com residências e saúde precárias.

NECESSIDADE

Áreas Verdes e Comércio

Finalização das áreas verdes de lazer no empreendimento, bem como as salas comerciais para disponibilização de agentes privados e da própria comunidade, conforme decidido em reuniões prévias da comunidade.

Habitacões II

Finalização de habitacões, uni e multifamiliares consoante consenso dado pela comunidade nas reuniões prévias.

Mobilização Secundária

Realocação de demais moradores com necessidade de realocação, seja por questões monetárias, jurídicas, de saúde ou de infraestrutura.

EMPODERAMENTO

Habitacões III

Entrega de todas as unidades habitacionais, assim como todas as áreas comuns cobertas e descobertas e demais alterações requisitadas pelos moradores ao longo do processo de realocação.

Mobilização Terciária

Realocação de todos os demais moradores que, ainda que sem caráter de urgência ou insegurança, optem por serem mobilizados para a nova área.

Parque de Conservação

Implementação de parque cultural com o objetivo de preservação e conscientização da população com as dunas. Necessitando a remoção integral de todos os itens advindos da intervenção irregular e, em sequência, implementação de itens de mínima intervenção, baseando-se no conceito de landart e artes de Andy Goldsworthy.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

ACYPRESTE, R.; Costa, A. (2019). Direito à moradia achado na rua e o poder judiciário. In: Introdução crítica ao direito urbanístico [recurso eletrônico] / organizadoras e organizadores, José Geraldo de Sousa Junior ... [et al] Brasília : Editora Universidade de Brasília, p.256-265.
BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Palácio do Planalto, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Ementa Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF: Presidência da República, 15 set. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, ano 191º da Independência e 124º da República, p. 1-1, 25 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 7 jan. 2023.

CALDAS, Joana. Entenda o avanço das dunas em Florianópolis que causou a interdição de casas: Fenômeno está relacionado ao vento, que faz o transporte dos grãos de areia, e obrigou Defesa Civil a interditar duas residências e um restaurante no bairro Ingleses.. G1, Florianópolis, 12 jul. 2021. SC. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/07/12/entenda-o-avanco-das-dunas-em-florianopolis-que-causou-a-interdicao-de-casas.ghtml>. Acesso em: 7 jan. 2023

CAMPOS, Edson Telê. A Expansão Urbana Na Região Metropolitana De Florianópolis E A Dinâmica Da Indústria Da Construção Civil. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2009.

CAMPOS, Édson Telê. A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais. 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0610.pdf>>

CARTA CAMPINAS (Campinas). Ientista social diz que Instituto Chico Mendes é o batalhão de choque da floresta. Meio Ambiente, Campinas, 26 jul. 2015. Economia e Política, p. 1-1. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2015/07/cientista-social-diz-que-instituto-chico-mendes-e-o-batalhao-de-choque-da-floresta/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CARTACAPITAL (São Paulo). Queda nos investimentos públicos faz desandar política habitacional. CartaCapital, São Paulo, 26 jul. 2018. Brasil Debate, p. 1-1. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/queda-nos-investimentos-publicos-faz-desandar-politica-habitacional/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

CARVAJAL-CAPACHO, Wolfgang Francisco. Transformações territoriais por planos parciais de renovação urbana: Bairro de Naranjal, um território em negociação. Revista Bitácora Urbano Territorial, 0124-7913, p. 85-94, 28 mar. 2018. DOI <https://doi.org/10.15446/bitacora.v28n2.62273>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/748/74855211011/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CASAGRANDE, W. A. Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis: relatório de pesquisa - Síntese regional. Florianópolis: Epagri ; Cepa, 2006. 53p. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/causas%20da%20migracao.pdf>>

CASTRO, Iná Elias de et al, (org.). Geografia: Conceitos e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras SA., 1995. 356 p. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_sau-de_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

- CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. Apropriação. In: TEMAS básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. cap. 5, p. 63-69. ISBN 978-85-3296-4138-0. Disponível em: <https://psiambiental.files.wordpress.com/2016/03/cavalcante-elias-2011-apropriacao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- CHESINI, Taís Sbeghen. A Vila do Arvoredo: a persistente luta por moradia. Orientador: Vera Herweg Westphal. 2012. 108 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103576>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- CNDH. 2017. Ata da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos. Brasília, 08 de ago.
- CONSÓRCIO IDOM COBRAPE; BID; Prefeitura de Florianópolis. Estudo 3, Crescimento Urbano Florianópolis. Estudo Base, Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis. 2013. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_08_2015_9.30.19.2d57c5303b800097ab787_96419b761af.pdf. Acesso: 06/05/2023
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. Rio de Janeiro: Ática, 1989. 94p. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_sau-de_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2023
- ESCADA, Maria Isabel Sobral, et al.. (2005). Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: o interflúvio do Xingu/ Iriri. Estudos Avançados, 19(54), 9–23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200002>>. Acesso em: 11 mar. 2023
- FELIPPE, Maíra Longhinotti. Ambiente Pessoal: O papel da personalização na construção de espaços saudáveis. In: KUHNEN, Ariane; CRUZ, Roberto Moraes; TAKASE, Emílio. Interações: Pessoa e Ambiente. 1. ed. rev. São Paulo: Casapsi Livraria, Editora e Gráfica Ltda., 2009. cap. 6, p. 117-136. ISBN 978-85-7396-626-8.
- GAZ, Marcus. Problemas respiratórios podem agravar a saúde cardiovascular de uma pessoa?. Cuidados Pela Vida, [S. l.], 30 abr. 2020. Saúde e Tratamento Cardiovascular, p. 1-1. Disponível em: <https://cuidadospelavida.com.br/saude-e-tratamento/cardiovascular/problemas-respiratorios-agravar-saude-cardiovascular#:~:text=Doen%C3%A7as%20respirat%C3%B3rias%20podem%20causar%20insufici%C3%Aancia%20card%C3%ADaca&text=%E2%80%9CEssa%20pessoa%20evolui%2C%20muitas%20vezes,comum%E2%80%9D%2C%20afirma%20o%20m%C3%A9dico>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- GOTTDIENER, M. The Social Production of urban Space. 2. ed. Austin: Universidade do Texas Press, 1985. 293 p. ISBN 0292727720. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/The_Social_Production_of_Urban_Space.html?id=WNepNQAWasIC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 dez. 2022.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000. 160 p. v. 2. Disponível em: https://www.academia.edu/41303930/O_Cotidiano_e_a_Hist%C3%B3ria_Agnes_Heller. Acesso em: 15 abr. 2023.
- HUGHES, Rebecca Ann. El Niño has returned: Here's what the phenomenon means for extreme weather and global warming. Euro News Green, [S. l.], 7 jul. 2023. Climate, p. 1-1. Disponível em: <https://www.euronews.com/green/2023/07/07/el-nino-is-back-heres-what-it-means-for-extreme-weather>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. In: Direito Valem Mais – Coalização pelo fim da Emenda Constitucional 95. 2020. A urgência do fim da emenda constitucional 95 no enfrentamento da COVID-19 e no cenário pós-pandemia. Disponível em: https://direitosvalem.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf Acesso em 07/09/2020.
- ITTELSON, William Howard et al. Homem Ambiental. Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília, ano 14, 2005. Textos de Psicologia Ambiental, p. 1-9.
- JESUS, Giselli Ventura de. Desenvolvimento Urbano da Porção Norte da Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado em Geografia. . Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2017.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. 1. ed. Londres: Wiley-Blackwell, 1992. 464 p. ISBN 9780631181774. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022

MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NA HABITAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2007. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2010_15.57.20.b9133eaa67ddce377186208e1acc33e5.pdf>

MORAES, A. Ramos de, J. et al. 2023. What comes after crises? Key elements and insights into feedback amplifying community self-organization. Ecology and Society 1-20, 2023. DOI <https://doi.org/10.5751/ES-13773-280107>. Disponível em: <<https://ecologyandsociety.org/vol28/iss1/art7/>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MOTOKI, Carolina Falcão. Governo expulsa da floresta comunidades que mais preservam a floresta: Mauricio Torres denuncia ações de violência praticadas pelo Ibama e ICMBio contra os ribeirinhos do Pará, populações que têm uma relação de equilíbrio com o meio ambiente. Repórter Brasil, Pará, p. 1-1, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2015/07/governo-expulsa-da-floresta-comunidades-que-mais-preservam-a-floresta/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Cozinhando com política: nosso almoço do 1o de maio. Florianópolis, 03 mai. 2011. Disponível em: <<http://mplfloripa.wordpress.com/2011/05/03/cozinhando-com-politica-nosso-almoco-do-1%C2%BA-de-maio/>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PASTERNAK, Jacyr; CERNEA, Selma. Areia da praia pode esconder doenças. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, São Paulo, 30 dez. 2014. Notícias de Saúde, p. 1-1. Disponível em: <https://www.einstein.br/noticias/noticia/areia-pode-esconder-doencas>. Acesso em: 7 jan. 2023.

PINTO, Maiara Werner. Evolução Morfodinâmica Em Escala Histórica Do Campo De Dunas Do Santinho-Ingleses No Norte Da Ilha De Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique da Fontoura Klein. 2015. 169 p. Dissertação (Grau de mestre em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169650>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Produto 03: Necessidades Habitacionais. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2010. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_11_2010_14.57.05.14381dca035194b8e0dae9a22f3f2603.pdf>

Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Produto 04: Inventário de Áreas Físicas para Intervenção Habitacional. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2011a. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2011_16.39.21.291d43b3030b85a63e1ec308d2760e7e.pdf>.

Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Produto 06: Cenários. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2011b. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_06_2011_16.30.42.884f696aacfa360d3f184780e46cb25c.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 112, de 31 de maio de 1985. TOMBA AS DUNAS DE INGLESSES, SANTINHO, CAMPECHE, ARMAÇÃO DO PANTANO DO SUL E PANTANO DO SUL, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. [S. l.], 31 maio 1985. Disponível em: <http://leismunicipa.is/rfatj>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Projeto Habitacional Vila do Arvoredo. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. [201-?]. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/sites/floripaemacao/index.php?cms=projeto+habitacional+vila+do+arvoredo>>

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

_____. Relatório Sócio-Econômico Vila do Arvoredo. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2005.

ROGGEMA, Rob. The future of sustainable urbanism: a redefinition. Springer Open, [S. l.], 24 out. 2016. City, Territory and Architecture, p. 1-12. DOI <https://doi.org/10.1186/s40410-016-0052-y>. Disponível em: <https://cityterritoryarchitecture.springeropen.com/articles/10.1186/s40410-016-0052-y>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SABOYA, Renato. Segregação Espacial Urbana. Urbanidades, 14 mai. 2009. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/>. Acesso em: 25 mar. 2023

SILVA, G. Miot Da Orientação da Linha de Costa e Dinâmica dos Sistemas Praia e Duna: Praia de Moçambique, Florianópolis, SC. 2006. 280p. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rio Grande do SulPorto Alegre. 2006.

SILVA, Vicente de Paulo da. A CIDADE SUBMERSA DE NOVA PONTE: RELATOS DE MEMÓRIA, SILÊNCIO E ESQUECIMENTO. 2008. p 49 - 57. Artigo (Pós-Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia MG, 2009. DOI 1678-6343. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15773/8918/59212>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVEIRA, Bettieli Barbosa da; FELIPPE, Maíra Longhinotti. Ambientes Restauradores: conceitos e pesquisas em contexto de saúde. 1. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. 118 p. ISBN 978-65-80460-05-2.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.

Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_sau-de_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

SUGAI, Maria Inês. As intervenções-viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno Norte-Ilha. 1994. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da USP, São Paulo

TREVISAN, Ricardo. Cidades Novas [online] Brasília: Editora UnB, 2009. Pesquisa, inovação & ousadia séries. ISBN: 978-65-5846-158-6. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11454>. Acesso em: 04 fev. 2023.

TROMBINI, Maria Eugenia, Ribeiro Daisy . “A luta dos movimentos sociais contra os despejos coletivos nas instituições judiciais: a Resolução 10 do CNDH e a promessa de mudança”. Ciências Sociais Unisinos. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93868584012>. Acesso em: 18/06/2023

UN HABITAT. State Of The World's Cities 2012/2013. Prosperity of Cities. Table 4. Page 153. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/745habitat.pdf>. Acesso: 18/06/2023.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

TORRES, Aline. PCC entra e guerra para expandir o tráfico em Santa Catarina, diz promotor. UOL, Florianópolis, 11 jan. 2017. Cotidiano, p. 1-1. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/11/pcc-entra-em-guerra-para-expandir-o-trafico-em-santa-catarina-dizpromotor.htm>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.. Resenha, Maringá - PR, p. 250, 8 fev. 2012. Disponível em: <http://www.artvisualensino.com.br/index.php/textos/send/16-textos/481-yi-fu-tuan--espaco-e-lugar-a-perspectiva-da-experiencia/>. Acesso em: 25 fev. 2023.